



Cultivar & Evoluir

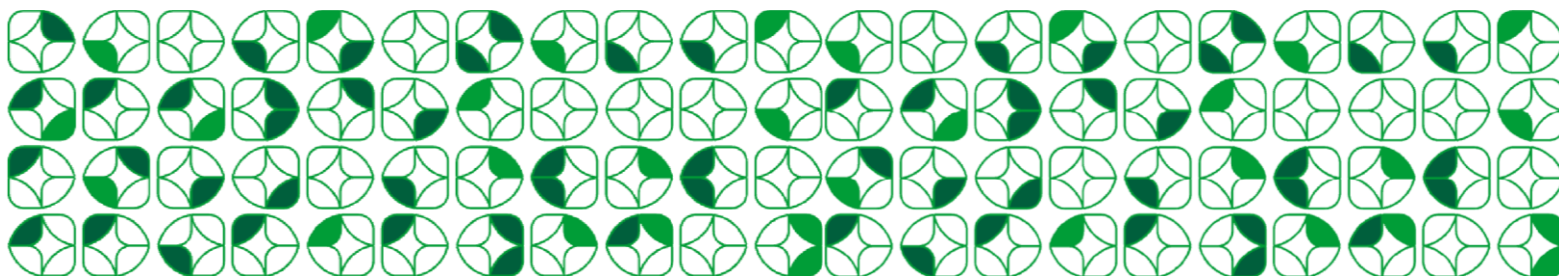


Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - 28/04/2026

***Manual para participação na Assembleia Geral
Ordinária e Extraordinária e Proposta da Administração***

SUMÁRIO

MENSAGEM DO DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
DOCUMENTAÇÃO, PROCEDIMENTOS E PRAZOS	5
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA....	8
ASSINATURA DA LISTA DE PRESENCAS	11
INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA.....	11
O VOTO NA ASSEMBLEIA.....	11
AS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	12
AS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA....	15
ANEXO 1 – SUGESTÃO DE MODELO DE PROCURAÇÃO	16
ANEXO 2 - PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO - DOCUMENTOS PREVISTOS NO ARTIGO 10º DA RESOLUÇÃO CVM Nº 081 - ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA	17
ANEXO 3 – PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO – DOCUMENTOS PREVISTOS NO ARTIGO 10 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO 2 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 81 - ANEXO A.....	37
ANEXO 4 - PROPOSTA REMUNERAÇÃO GLOBAL ANUAL 2026	42
ANEXO 5 - PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO - DOCUMENTOS PREVISTOS NO ARTIGO 13º DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA).....	43



MENSAGEM DO DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

O manual tem como objetivo reforçar o compromisso da Companhia em se aproximar de seus acionistas, contribuindo para estimular a participação nas Assembleias. Dessa forma, a Companhia busca se alinhar às melhores práticas de governança corporativa, antecipando-se ao esclarecimento de dúvidas recorrentes de acionistas interessados em participar da Assembleia Geral. Nesse contexto, o documento também detalha os assuntos que serão deliberados na Assembleia a ser realizada em 28 de abril de 2026. A Diretoria de Relações com Investidores permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos, por meio do e-mail ri@slcagrica.com.br.

Ivo Marcon Brum

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Estamos convidando os acionistas da SLC AGRÍCOLA S.A. a participar da Assembleia convocada para o dia 28 de abril de 2026, às 11h, a se realizar de forma exclusivamente digital, através da plataforma eletrônica disponível no link a seguir: <https://assembleia.ten.com.br/556402648>.

Em 2025, a Companhia expandiu sua área de plantio arrendada em aproximadamente 100 mil hectares, em linha com a estratégia de crescimento no modelo Asset Light. Esse avanço foi resultado de cinco operações relevantes de M&A, incluindo aquisições, associações estratégicas e reorganizações societárias, com foco em ganho de escala, eficiência operacional e otimização do portfólio de ativos.

Dentre essas operações, destaca-se a aquisição da Sierentz Agro Brasil Ltda., composta integralmente por áreas arrendadas nos estados do Maranhão, Piauí e Pará, totalizando cerca de 96 mil hectares físicos, com potencial de expansão para aproximadamente 135 mil hectares considerando a segunda safra. O valor final da operação foi de USD 129. Na sequência, a Companhia realizou a cisão e venda da operação da Sierentz no Piauí para a Terrus S.A., correspondente a 32 mil hectares, no montante de R\$ 191,2 milhões. Também foram concluídas a aquisição de áreas da Agrícola Xingu S.A. na Bahia (39.987 hectares físicos) e em Unaí Minas Gerais (7.835 hectares físicos), totalizando R\$ 913 milhões, e a compra da participação da Mitsui na joint venture SLC-MIT, o que resultou na incorporação adicional de 27 mil hectares ao resultado da controladora no valor de R\$ 103 milhões.

Adicionalmente, a Companhia firmou associação com Fundos de Investimento em Participações (FIPs) administrados pelo BTG Pactual, viabilizando a captação de recursos para acelerar projetos de irrigação na Bahia. O projeto contempla a implementação de 21.033 hectares irrigados nas Fazendas Piratini e Paladino.

A safra 2024/25 apresentou desempenho operacional consistente. Com a soja, atingimos produtividade média de 3.961 kg/ha, 21,4% superior à safra anterior e 9,4% acima da média nacional. No algodão e no **milho**, as produtividades realizadas foram de 1.920 kg/ha e **8.304 kg/ha**, respectivamente, sendo esta última um **recorde histórico** para a Companhia.

Em relação à valorização de ativos, em junho de 2025 as terras próprias da Companhia foram avaliadas em R\$ 13,4 bilhões, representando um crescimento de 15,6% no valor do portfólio. O Valor Líquido dos Ativos (NAV) encerrou o período em R\$ 26,63 por ação. A irrigação permaneceu como pilar estratégico, com 16 mil hectares atualmente irrigados e perspectiva de expansão para 53 mil hectares nos próximos anos, ampliando a previsibilidade produtiva e a rentabilidade.

No desempenho financeiro, a Receita Líquida alcançou R\$ 8,6 bilhões em 2025, crescimento de 23,7% refletindo recordes históricos de volume e receita faturada. O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 2,6 bilhões e o Lucro Líquido somou R\$ 565,2 milhões. A geração de caixa negativa refletiu o intenso ciclo de investimentos estratégicos, e com um CAPEX de R\$ 1,7 bilhão. A dívida líquida ajustada totalizou R\$ 5,2 bilhões, com a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado em 1,97x. O perfil do endividamento apresentou evolução positiva, com 78% no longo prazo e *duration* médio de 1.168 dias, proporcionando maior conforto no cronograma de amortização.

No âmbito da remuneração aos acionistas, a Companhia aprovou um novo programa de recompra de até 10 milhões de ações, ajustou o cronograma de dividendos e distribuiu R\$ 400 milhões em 2025, equivalente a R\$ 0,91 por ação, elevando o payout de 50% para 78%. Também passou a integrar o Índice de Dividendos da B3 (IDIV) e aprovou bonificação de ações de 12,5% em 30/12/2025. Paralelamente, avançou de forma consistente na agenda ESG, recebeu diversos reconhecimentos nacionais e internacionais e registrou recorde de exportação de algodão em 2025.

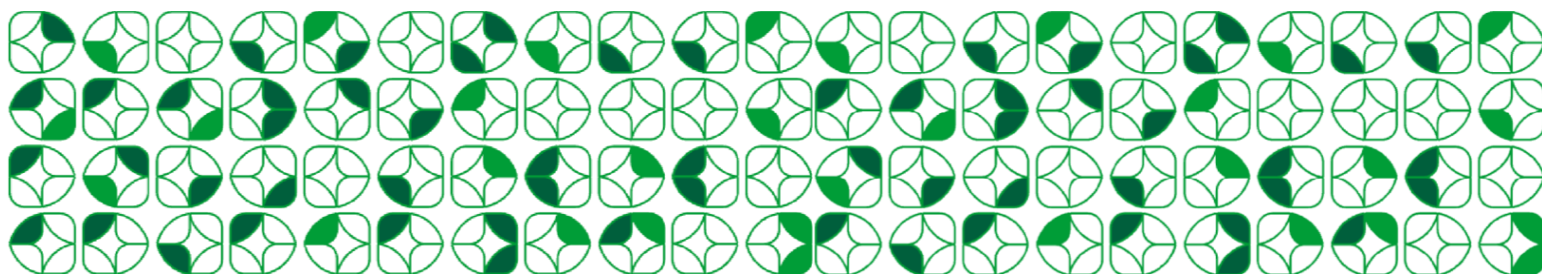
Para a safra 2025/26, a área de plantio estimada é de 837,2 mil hectares, crescimento de 13,8% em relação à safra anterior. O plantio iniciou em setembro de 2025, e já foram fixadas 100% compras dos fosfatos, do cloreto de potássio, dos nitrogenados e dos defensivos. A Companhia já avançou na comercialização

da produção, com 74,8% da soja, 43,8% do milho e 80,7% do algodão já fixados, somados os compromissos.

Em 11 de março de 2026, o Conselho de Administração aprovou a Proposta da Administração, que será submetida à Assembleia de Acionistas a ser realizada em 28/04/2026.

Por fim, a companhia agradece a todos os seus stakeholders pela parceria de sucesso atingida até aqui. Aos nossos acionistas e colaboradores o nosso muito obrigado pela confiança e dedicação. Estamos confiantes no futuro promissor do Agronegócio no Brasil.

Eduardo Silva Logemann
Presidente do Conselho de Administração



DOCUMENTAÇÃO, PROCEDIMENTOS E PRAZOS

A participação na Assembleia, que acontecerá de forma exclusivamente digital, convocada para às 11h do dia 28 de abril de 2026 poderá ser realizada pelos acionistas da Companhia escolhendo uma das seguintes opções: (i) Participação via Plataforma Digital, (ii) por Boletim de Voto a Distância, ou (iii) Representação, via Plataforma Digital, conforme estabelece o parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei 6.404/76.

Documentação Necessária:

(1) Plataforma Digital

A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 121 e do artigo 124, parágrafo 2º-A, ambos da Lei das Sociedades por Ações e dos artigos 5º, parágrafo 2º, I, e 28 da Resolução CVM 81/22. Em razão disso, para a presente Assembleia Geral a Companhia utilizará a plataforma digital “Ten Meetings” que proverá o acesso à Assembleia Geral, bem como realizará o acompanhamento e controle da votação relativa a cada uma das matérias constantes da “Ordem do Dia” da AGOE (“Plataforma Digital”).

O acionista que desejar participar e votar na Assembleia Geral deverá observar atentamente todas as condições a seguir indicadas.

Cadastro na Plataforma Digital

Os acionistas deverão acessar, até o dia 26 de abril de 2026, o link: <https://assembleia.ten.com.br/556402648> (“Link de Cadastro”), e realizar o cadastro, na Plataforma Digital. Para realizar o cadastro na Plataforma Digital, o acionista deverá acessar o Link de Cadastro e preencher as informações solicitadas pela plataforma para fins de cadastro na Plataforma Digital, conforme o tipo de participante (“Cadastro de Participação”).

Cadastro de Acionistas Pessoa Física

O acionista pessoa física que desejar participar diretamente, deverá fornecer as seguintes informações: (i) nome completo; (ii) número do Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda (“CPF/MF”); (iii) e-mail; e (iv) criação de senha conforme requisitos exigidos pela Plataforma Digital. Preenchidos os campos solicitados pela Plataforma Digital, o acionista deverá enviar cópia do documento pessoal com foto contendo número do seu CPF/MF e da Documentação de Cadastro (conforme abaixo definido). Uma vez concluído o cadastro, o acionista pessoa física irá receber um e-mail, informando alternativamente que: (i) seu cadastro está pendente, ou seja, que o cadastro foi concluído com sucesso e a Companhia está analisando os documentos apresentados; (ii) seu cadastro está aprovado, ou seja, que a Companhia já analisou a documentação apresentada e aprovou o cadastro; ou (iii) seu cadastro está reprovado, ou seja, que o cadastro não foi aprovado pela Companhia após a avaliação da documentação apresentada e, neste último caso, quais as providências para atualização/correção e aprovação do cadastro. É possível que o acionista corrija o seu cadastro, e para tanto, deve acessar novamente o Link de Cadastro, realizar o login com o usuário e senha criados no primeiro acesso à Plataforma Digital e realizar o upload dos novos documentos solicitados. Após a correção/atualização do cadastro, a Companhia irá analisar a documentação apresentada e informar ao acionista, por e-mail, sobre o resultado da análise. O cadastro poderá ser atualizado/corrigido até o dia 26 de abril de 2026. Após este prazo, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º da Resolução CVM 81/22 não será possível corrigir/atualizar o cadastro.

Cadastro de Acionistas Pessoa Jurídica e ou representados por Procurador/Representante Legal

O acionista pessoa jurídica e/ou os acionistas de qualquer natureza que sejam representados por procuradores e/ou representantes legais (“Outorgantes”), deverão fornecer as seguintes informações a respeito dos respectivos representantes e/ou procuradores (“Representante”) (i) nome completo; (ii) número do CPF/MF; (iii) e-mail; e (iv) criação de senha conforme requisitos exigidos pela Plataforma Digital. Após preenchimento dos campos solicitados pela Plataforma Digital, o Representante deverá enviar cópia do documento pessoal com foto contendo número do seu CPF/MF, bem como da Documentação de Cadastro, conforme indicado a seguir. Após a realização de seu cadastro, o Representante será direcionado automaticamente para a página na qual ele deverá preencher os dados requeridos para cada Outorgante que estiver sendo representado por ele. Caso não ocorra o redirecionamento automático, o Representante deverá acessar novamente o Link de Cadastro, realizar o login com o usuário e senha criados no primeiro acesso à Plataforma Digital, acessar o “Painel da Assembleia” e posteriormente clicar na aba “Cadastrar Outorgante” e preencher os dados requeridos para cada Outorgante que estiver sendo representado por ele. Uma vez cadastrado um Outorgante, as informações gerais sobre o Outorgante serão apresentadas na listagem de Outorgantes e esse mesmo processo deve ser repetido pelo Representante para o cadastro de cada um dos Outorgantes por ele representados. Concluído o preenchimento da lista de Outorgantes, o Representante deverá acessar a aba “Documentos” e clicar em “Adicionar Arquivo”. Neste campo ele deverá disponibilizar a documentação aplicável a cada um dos acionistas por ele representados, conforme a eles aplicável e indicado no Item “Documentação de Cadastro” a seguir. É possível anexar todos os documentos de uma única vez ou individualmente. Uma vez concluído o upload da documentação, o

Representante receberá um e-mail, informando alternativamente que: (i) o cadastro dos Outorgantes está pendente, ou seja, que o cadastro foi concluído com sucesso e a Companhia está analisando os documentos apresentados; (ii) o cadastro dos Outorgantes está aprovado, ou seja, que a Companhia já analisou a documentação apresentada e aprovou o cadastro; ou (iii) o cadastro dos Outorgantes está reprovado, ou seja, que o cadastro não foi aprovado pela Companhia após a avaliação da documentação apresenta e, neste último caso, quais as providências para atualização/ correção e aprovação do cadastro. Adicionalmente o Representante poderá acompanhar, diretamente na Plataforma Digital, a atualização do “status” de cada um dos acionistas representados por ele. Caso haja alguma inconsistência na documentação de habilitação relativa a cada um dos acionistas representados tal fato será sinalizado na listagem de Outorgantes com o status “Reprovado”. Para acessar o motivo da reprovação diretamente por meio da Plataforma Digital, basta clicar no respectivo ícone “carta” em vermelho. A tela com as razões da reprovação do cadastro do acionista pela Companhia apresentará a opção de anexar novos documentos para o respectivo acionista. Para atualizar/corrigir o cadastro o Representante deverá realizar o upload dos novos documentos solicitados. Após a correção/atualização do cadastro, a Companhia irá analisar a documentação apresentada e atualizar o status dos referidos Outorgantes, diretamente na Plataforma Digital. O cadastro poderá ser atualizado/corrigido até o dia 26 de abril de 2026. Após este prazo, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º da Resolução CVM 81/22 não será possível corrigir/atualizar o cadastro.

Cadastro de Representante Alternativo

Caso o Representante queira cadastrar um representante alternativo, ele deverá acessar novamente o Link de Cadastro, realizar o login com o usuário e senha criados no primeiro acesso à Plataforma Digital, acessar “Painel da Assembleia” e posteriormente clicar na aba “Representantes” e, em seguida, clicar no botão “Convidar Representante”. O Representante deve inserir os dados solicitados e clicar em “Convidar Representante”. Um representante alternativo poderá ver e enviar documentos dos Outorgantes em comum, porém, apenas o participante principal poderá manifestar os votos no dia da Assembleia Geral. O acesso à Assembleia Geral será restrito aos acionistas e seus representantes ou procuradores que se credenciarem no prazo e modo fixados neste Manual. A companhia ressalta que não serão aceitos cadastros, envio de novos documentos, ou mesmo reapresentações, após o encerramento do prazo previsto para cadastro. Sendo assim, é indicado ao acionista ou representante que utilize de uma margem de 3 (três) dias de antecedência do encerramento do prazo para a realização do cadastro com a apresentação de toda a documentação solicitada. Dessa forma, em caso de pendências, o acionista ou representante terá tempo hábil para sanar as eventuais pendências dentro do prazo estabelecido.

Documentação de Cadastro

Para participar da Assembleia os acionistas interessados deverão apresentar as seguintes informações e documentos (“Documentação de Cadastro”): (a) Pessoa Física: cópia do documento de identidade válido com foto, ou, caso aplicável, documento de identidade de seu procurador e a respectiva procuração. (b) Pessoa Jurídica: cópia do documento de identidade válido com foto do representante legal e cópia dos documentos comprobatórios de representação, incluindo o instrumento de mandato e cópia dos atos constitutivos e da ata de eleição dos administradores. (c) Fundo de Investimentos: cópia do documento de identidade válido com foto do representante e documentos comprobatórios de representação, incluindo instrumento de mandato e cópia do regulamento do fundo em vigor, do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, e da ata de eleição dos administradores do administrador ou do gestor. (d) Participação por Procurador: o procurador deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano, e qualificar-se como acionista, administrador da Companhia, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil ou, ainda, instituição financeira. Conforme disposto no Ofício-Circular/Anual – 2026 – CVM/SEP, de 26 de fevereiro de 2026, os acionistas pessoas jurídicas podem ser representados na AGOE por seus representantes legais ou por mandatários devidamente constituídos de acordo com os atos constitutivos da respectiva sociedade e com as regras do Código Civil Brasileiro, não havendo, neste caso específico, a necessidade do mandatário do acionista pessoa jurídica ser acionista ou administrador da Companhia ou, ainda, advogado. Da mesma maneira, os acionistas fundos de investimento, conforme decisão do Colegiado da CVM no âmbito do Processo Administrativo CVM n.º RJ-2014-3578, podem ser representados na AGOE por seus representantes legais ou por mandatários devidamente constituídos por seu gestor ou administrador, conforme dispuser seu regulamento, o estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso. Tendo em vista facilitar e incentivar a participação dos acionistas na AGOE, ficam dispensadas, em relação aos documentos acima indicados, as formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, notariação, consularização, apostilamento ou tradução juramentada, bastando, nesse último caso, a sua tradução livre para o português. Nos termos do art. 6º, §3º, da Resolução CVM 81/22, a Companhia esclarece que (i) caso não seja manifestado interesse pelo acionista (ou seu respectivo procurador, conforme o caso) em participar da AGOE, nos termos acima estabelecidos, até o dia 26 de abril de 2026 ou (ii) caso não sejam atendidas as solicitações relacionadas à Documentação de Cadastro e/ou fornecidos eventuais esclarecimentos adicionais, de forma a atestar a regularidade de representação do acionista, não será possível a participação do acionista na AGOE por meio da Plataforma Digital. Uma vez realizado e concluído o Cadastro de Participação de forma satisfatória e no prazo acima indicado, o

acionista ou seu Representante deverão acessar na data prevista para a realização da AGOE, o Link de Cadastro, realizar o login com o usuário e senha criados no primeiro acesso à Plataforma Digital, acessar “Painel da Assembleia” e posteriormente clicar em “Acessar Videoconferência” e seguir as instruções apresentadas pela Plataforma Digital. A participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital conjugará transmissão de áudio e vídeo/ imagem, sendo que os acionistas deverão manter a sua câmera ligada durante o curso da Assembleia Geral com o fim de assegurar a autenticidade das comunicações. Nos termos da regulamentação aplicável a Assembleia será integralmente gravada. A Companhia solicita aos acionistas que acessem a Plataforma Digital com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para início da Assembleia Geral, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem.

Para garantir uma melhor experiência na Plataforma Digital, a Companhia recomenda que os acionistas e/ou seus Representantes acessem-na preferencialmente por meio dos navegadores: Google Chrome ou Microsoft Edge. Caso haja qualquer dificuldade de acesso, o acionista deverá entrar em contato no telefone +55 31 3247 7024 para solicitação de suporte ou pelos endereços eletrônicos ri@slcagricola.com.br e suporte@ten.com.br. Por fim, a Companhia esclarece que não é e não será responsável por quaisquer problemas operacionais ou de conexão do acionista, bem como por quaisquer outros problemas externos à Companhia que possam dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGOE por meio da Plataforma Digital.

(2) Voto à Distância

Conforme previsto nos artigos 26 e seguintes da Resolução CVM 81/22, os acionistas da Companhia também poderão exercer o voto na AGOE por meio de voto a distância, a ser formalizado em um documento eletrônico denominado Boletim de Voto a Distância (“BVD”), disponível no website da Companhia (<https://ri.slcagricola.com.br/>), na área de Documentos entregues à CVM, e, ainda, nos websites da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (<http://www.b3.com.br>). A instrução de voto a distância poderá ser exercida por meio das seguintes formas: (i) Caso o acionista tenha suas ações depositadas na Central Depositária, deverá transmitir suas instruções de voto aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço ou diretamente à Central Depositária, pela Área do Investidor (disponível em <https://www.investidor.b3.com.br/>), na seção “Serviços”, em “Assembleias em Aberto”; (ii) Caso suas ações não estejam depositadas na Central Depositária, deverá transmitir suas instruções de voto ao Agente Escriturador; ou (iii) Diretamente à Companhia, por meio do envio do BVD, através da Plataforma Digital. Nos termos do artigo 28, inciso I, da Resolução CVM 81/22, a Companhia disponibilizará aos acionistas, para a presente Assembleia, a possibilidade de preenchimento e envio do Boletim de Voto diretamente por meio da Plataforma Digital. Neste sentido, nos termos do artigo 27, parágrafo 7º, da Resolução CVM 81/22, para fins da presente Assembleia, o Boletim de Voto somente será recebido quando preenchido e enviado diretamente por meio da Plataforma Digital. O acionista que desejar preencher e enviar o Boletim de Voto por meio da Plataforma Digital deverá observar os procedimentos de Cadastro de Participação acima descritos e a eles aplicáveis, conforme descrição contida no item “Cadastro na Plataforma Digital” acima. Após preenchimento dos dados e envio da Documentação de Cadastro a eles aplicável, conforme solicitado pela Plataforma Digital, o acionista deve preencher os campos de opções de voto e confirmar o voto ora preenchido. O Boletim de Voto somente será considerado entregue após a confirmação dos votos na Plataforma Digital. O Boletim de Voto encaminhado diretamente à Companhia deverá estar acompanhado da Documentação de Cadastro que comprove a qualidade de acionista ou de representante legal do acionista signatário, observados, portanto, os requisitos e formalidades indicados no item “Documentação de Cadastro” acima. O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista, ou à comprovação de sua representação não será considerado válido, e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Resolução CVM 81/22. As instruções de voto deverão ser recebidas pelos agentes de custódia, pela Central Depositária, pelo Agente Escriturador, ou pela Companhia até 4 (quatro) dias antes da data da AGOE, ou seja, até 24 de abril de 2026 (inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido pelos respectivos agentes de custódia, pela Central Depositária ou pelo Agente Escriturador. Após o prazo para envio do BVD, ou seja, 24 de abril de 2026 (inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido pelos respectivos agentes de custódia, pela Central Depositária ou pelo Agente Escriturador, os acionistas não poderão mais alterar as instruções de voto enviadas, exceto na própria AGOE, via participação por meio da Plataforma Digital, ocasião na qual poderão solicitar especificamente a desconsideração das instruções de voto enviadas por BVD antes que a respectiva matéria seja submetida à votação. Caso haja divergências entre o BVD recebido diretamente pela Companhia ou recebido pela Central Depositária e a instrução de voto contida no mapa de votação proveniente do Agente Escriturador para um mesmo número de CPF ou CNPJ, a instrução de voto do Agente Escriturador prevalecerá, de acordo com as disposições do artigo 48, § 2º, da Resolução CVM 81/22. Caso haja divergências entre o BVD recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa analítico da Central Depositária para um mesmo número de CPF ou CNPJ, a instrução de voto proveniente do depositário central prevalecerá, de acordo com as disposições do artigo 48, § 4º, da Resolução CVM 81/22.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

SLC AGRÍCOLA S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ 89.096.457/0001-55
NIRE 43300047521

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A SLC Agrícola S.A. vem pelo presente convocar os senhores acionistas da Companhia para se **reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 28 de abril de 2026, às 11h00min** ("AG"), de modo exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia ("Plataforma"), nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81/22 ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**:

Em Assembleia Geral Ordinária:

1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas contas dos Administradores, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, assim como o Parecer dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria Estatutário.
2. Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício social e ratificar distribuição de dividendos, nos termos da proposta apresentada pela Administração.
3. Fixar a remuneração anual global dos Administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

1. Reratificar a ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 2025, para ajustar os valores das reservas para as quais parte do lucro de 2024 foi destinado.

Informações Gerais:

Os acionistas ou procuradores que desejarem participar remotamente, por meio da Plataforma, deverão realizar seu pré-cadastro, impreterivelmente, até o dia **26 de abril de 2026 (inclusive)**, mediante acesso ao link:

<https://assembleia.ten.com.br/556402648>

Ao acessar o link acima, o acionista será convidado a realizar um cadastro com login e senha único. A seguir, deverá anexar a documentação necessária adiante descrita, e participar e votar na assembleia através do preenchimento do Boletim de Voto à Distância ou participação e votação ao vivo na data da assembleia. Mais detalhes e informações relevantes e necessárias à orientação do Acionista estão contidas na Proposta de Administração, disponíveis nos sites de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.slcagricola.com.br/>) e da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/>).

A Companhia solicita que os acionistas cadastrem na Plataforma os seguintes documentos: Documentação necessária para habilitação de acionistas e representantes:

Acionista Pessoa Física:

Documento de identidade com foto; *

2. Representante:

Documento de identidade com foto do representante;

2.A. Outorgante Pessoa Física:

Documento de identidade com foto. *

Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso. **

2.B. Outorgante Pessoa Jurídica:

Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado;

Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso; **

Regulamento do fundo (para fundos de investimento)

Ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à assembleia (para fundos de investimento).

* Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida;

** Os instrumentos de mandato deverão ter sido outorgados há menos de 1 (um) ano.

A Companhia ressalta que fica a cargo do acionista e representante a responsabilidade pela veracidade e integridade dos documentos apresentados, sujeitos a responderem pelo artigo 299 do código penal de Falsidade Ideológica.

Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação no prazo estabelecido.

Após a devida análise do cadastro do Acionista, a Companhia disponibilizará um e-mail contendo novas informações para acesso à Plataforma que transmitirá a AG, devendo o acionista que não receber tal informação até 24 horas antes da data de realização da AG, entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores através do e-mail ri@slcagricola.com.br, com cópia para juridico@slcagricola.com.br.

A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta AG, dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima.

A Companhia adotará para esta AG o procedimento de voto à distância, conforme previsto na Resolução CVM 81. Assim, o Acionista que optar por exercer direito de voto à distância por meio do Boletim de Voto à Distância, poderá preenchê-lo observadas as orientações e enviá-lo, conforme orientações abaixo:

(1) À COMPANHIA: o acionista deverá se cadastrar no link <https://assembleia.ten.com.br/556402648> indicando a opção de participação “via Boletim de Voto à Distância”, acompanhado da documentação necessária, preencher os campos de opções de voto na guia “ASSEMBLEIA” e confirmar seu voto. Dessa forma, o acionista é considerado presente e seus votos válidos, sem precisar comparecer na data e horário marcado para a assembleia. De acordo com o art. 27 da Resolução CVM 81, a Companhia estabelece que o sistema eletrônico será o único meio de envio de Boletim de Voto à Distância (BVD) diretamente à Companhia, excluindo a possibilidade de envio por correio postal ou e-mail.

(2) AO AGENTE DE CUSTÓDIA: para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus Agentes de Custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal.

(3) AO BANCO ESCRITURADOR: essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas no BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM que é o escriturador da Companhia. Os acionistas que possuem posição no escritural e cadastro atualizado receberão um e-mail para votarem através de um link disponibilizado pelo Escriturador. Os acionistas que não receberem este e-mail podem solicitar as informações para voto pelo e-mail escrituracao.acao@btgpactual.com.

(4) AO DEPOSITÁRIO CENTRAL: Os acionistas podem encaminhar seus votos diretamente ao depositário central, observadas as regras por ele determinadas para a emissão das instruções de voto via Boletim.

A Companhia alerta que, em qualquer dessas hipóteses, o Boletim de Voto à Distância deverá ser recebido pela Companhia em até, no máximo, 4 (quatro) dias corridos antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ou seja, até as 23h59min do dia 24 de abril de 2026.

Para fins do art. 4, da RCVM 70, o percentual mínimo de participação no capital social votante da Companhia necessário para o pedido de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento).

Os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, bem como os previstos na Resolução CVM 81 e no Manual para Participação de Acionistas – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia, na unidade descrita no preâmbulo deste edital e nos sites: (www.cvm.com.br, www.b3.com.br, e <http://ri.slcagricola.com.br/>).

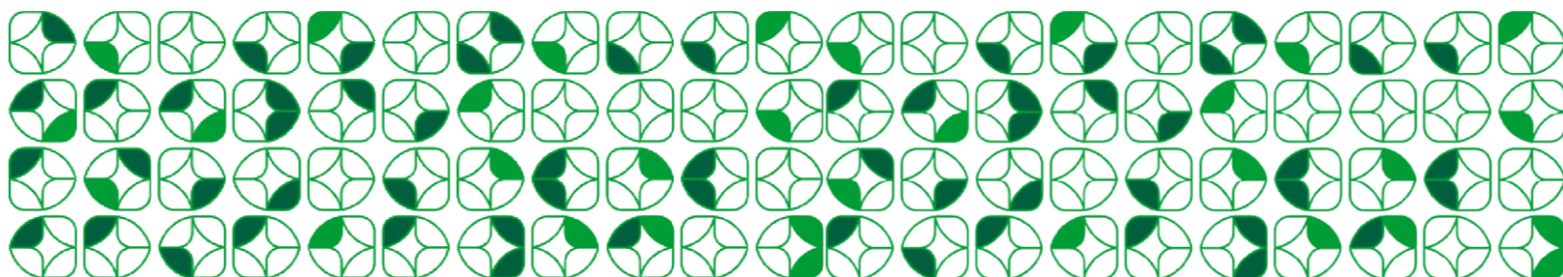
Ressalta-se que as orientações detalhadas para o envio do Boletim a cada uma das opções mencionadas acima encontram-se na Proposta da Administração e Manual de Participação em

Assembleias, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.slcagricola.com.br/>) e da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/>).

Em consonância com a prática adotada nos últimos anos, a Companhia opta por realizar esta AG em formato exclusivamente digital, de modo a ampliar a participação e a interação entre os Acionistas e a Administração, assegurando esclarecimentos imediatos e simultâneos de dúvidas, independentemente da localização dos participantes, promovendo, assim, maior transparência e eficiência na condução dos trabalhos.

Porto Alegre, 23 de março de 2026.

Eduardo Silva Logemann
Presidente do Conselho de Administração



ASSINATURA DA LISTA DE PRESENCAS

Todos os Acionistas que enviarem a documentação e acessarem a Plataforma Digital serão considerados presentes e constarão no Livro de Presenças da Assembleia.

O Acionista que enviar seu voto por Boletim de Voto à Distância ("Boletim") será considerado presente, desde que acoste a documentação mencionada no Boletim.

O Presidente do Conselho de Administração analisará as situações excepcionais sempre com o objetivo de acolher a participação do Acionista.

INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA

O acesso e identificação do Acionista na Plataforma Digital o tornará apto a exercer o direito de formar quórum, de votar e ser votado, de indicar candidato, ou outro direito, pelo cumprimento dos requisitos legais e estatutários da condição de Acionista e sua representação.

O Presidente do Conselho de Administração analisará as situações excepcionais sempre com o objetivo de acolher a participação do Acionista.

Caberá ao Presidente do Conselho de Administração verificar quem tenha registrado sua presença na Plataforma Digital disponibilizada pela Companhia, e declarar instalada a Assembleia.

A Assembleia Geral será declarada instalada com a presença de Acionistas que representem no mínimo $\frac{1}{4}$ (um quarto) do capital social com direito a voto.

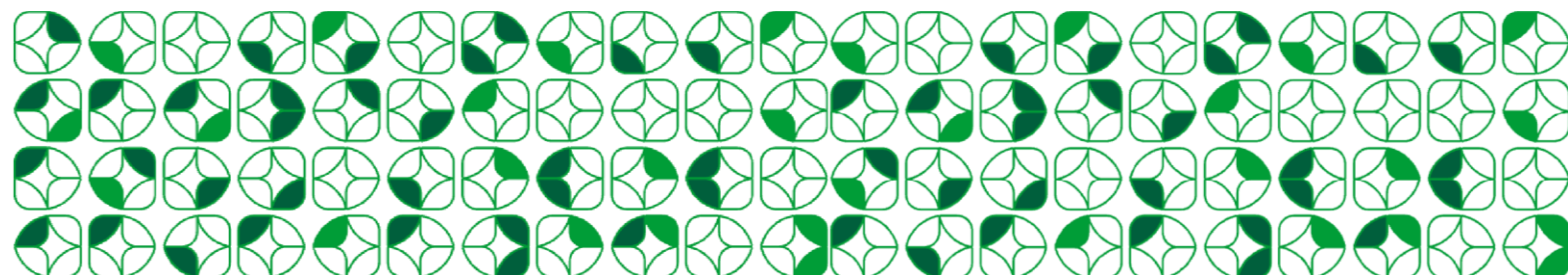
Instalada a Assembleia, será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração que escolherá e nomeará o respectivo Secretário da Assembleia, nos termos do artigo 11 do Estatuto Social, que poderá ser Acionista, ou não.

O VOTO NA ASSEMBLEIA

Todas as deliberações da Assembleia serão tomadas pela maioria de votos, não se computando os votos em branco (art. 129 da Lei 6.404/76).

Cada ação ordinária dá o direito de exercer um voto em cada matéria objeto da Ordem do Dia e de deliberação pela Assembleia Geral.

No caso da procuração identificar o voto a ser proferido, o Presidente da Assembleia não acolherá voto diverso daquele constante do instrumento de procuração.



AS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas contas dos Administradores, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, assim como o Parecer dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário.

As contas que serão objeto da Assembleia Geral Ordinária são respectivas ao exercício social iniciado em 01/01/2025 e encerrado em 31/12/2025, assim adotado como base para sua elaboração.

As movimentações incorridas durante o exercício estão representadas pelo Relatório da Administração e pelas Demonstrações Financeiras elaboradas em 31/12/2025, apresentadas de acordo com o Padrão IFRS (International Financial Reporting Standards), com base nas indicações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conformidade com as práticas contábeis estabelecidas na Lei Societária e nas normas complementares emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

O Relatório da Administração traz as informações sobre o cenário no qual estão inseridos os negócios e a atuação da Companhia e de suas controladas. O Relatório ainda relaciona os principais eventos societários e financeiros experimentados no exercício.

A mensagem da Administração na abertura do presente Manual representa um resumo do desempenho operacional alcançado.

As Demonstrações Financeiras expressam a situação econômica e financeira, as mutações patrimoniais ocorridas e o Demonstrativo do Resultado do Exercício, permitindo aos acionistas analisar a situação patrimonial, os índices de liquidez, EBITDA, a lucratividade operacional, e o desempenho financeiro da Companhia.

As Demonstrações Financeiras trazem como parte indissociável as Notas Explicativas, elaboradas pela Administração para auxiliar a análise e entendimento.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração foram auditados e obtiveram Parecer sem ressalvas pela Ernst & Young Auditores Independentes.

Pelo menos um representante da Auditoria Externa estará presente à Assembleia Geral para responder a questionamentos dos Acionistas.

O Parecer dos Auditores Independentes compôs a publicação das Demonstrações Financeiras da Companhia, a qual teve lugar na edição do dia 16 de março de 2026, do jornal “Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul” na versão física e digital.

Os Comentários dos Administradores, estão na seção Comentários dos Diretores, conforme art. 10, inciso III da RCVM 81.

Os documentos foram também transmitidos à Comissão de Valores Mobiliários e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, pelo Sistema IPE, estando disponíveis no site da Comissão de Valores Mobiliários – <https://www.gov.br/cvm/pt-br>, no site da Companhia <http://ri.slcagricola.com.br/>, e na sede social, nas datas a seguir listadas:

Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras com as respectivas Notas Explicativas e parecer dos auditores independentes, Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP, disponibilizados no dia 11 de março de 2026 no site da CVM;

- Proposta da Administração, disponibilizada no dia 23 de março de 2026 no site da CVM;
- A Administração da Companhia recomenda a todos seus Acionistas que examinem detidamente os documentos colocados à disposição pela Administração da Companhia, a fim de deliberarem na Assembleia Geral Ordinária.

Após a publicação não houve evento subsequente nem qualquer alteração dos documentos que serão apreciados pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

2. Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício social e ratificar distribuição de dividendos, nos termos da proposta apresentada pela Administração.

A Administração vai propor à Assembleia de Acionistas, que será realizada em 28/04/2026, a deliberação sobre a destinação do lucro do exercício social e a ratificação da distribuição de dividendos, nos termos da proposta apresentada pela Administração, conforme a seguir detalhado:

Reserva de Investimentos Incentivada: R\$ 1.138.172,58 (um milhão, cento e trinta e oito mil, cento e setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), referente a benefícios fiscais concedidos pela redução do tributo a recolher, na forma, de crédito presumido, redução ou isenção, para operação da Companhia.

Reserva de Expansão: R\$ 126.713.207,77 (cento e vinte e seis milhões, setecentos e treze mil, duzentos e sete reais e setenta e sete centavos), pertinente ao lucro remanescente após as deduções legais e estatutárias, que tem como objetivo financiar investimentos em ativos operacionais.

Reserva de Legal: R\$ 27.721.772,95 (vinte e sete milhões, setecentos e vinte e um mil, setecentos e setenta e dois reais e noventa e cinco centavos).

A Administração vai propor à Assembleia de Acionistas, que será realizada em 28/04/2026, a ratificação da aprovação, da distribuição e pagamento de juros sobre capital próprio com base na aplicação da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), calculada até a data base de 27 de dezembro de 2025, sobre o Patrimônio Líquido da Companhia, que foram imputados ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2025, no montante bruto de R\$ 20.000.478,36 (vinte milhões, quatrocentos e setenta e oito reais e seis centavos), correspondente a R\$ 0,0452915922536 por ação nesta data, excluídas as ações em tesouraria. Tiveram direito ao recebimento dos juros sobre o capital próprio os acionistas da Companhia detentores de ações em 12 de dezembro de 2025, e a partir de 15 de dezembro de 2025 as ações de emissão da Companhia foram negociadas ex-juros sobre o capital próprio. O pagamento foi realizado pelo valor líquido, após a dedução do imposto de renda retido na fonte, conforme legislação vigente, exceto para os acionistas que tiveram tributação diferenciada ou que estivessem dispensados da referida tributação. Os juros sobre o capital próprio, aprovados foram pagos no dia 23 de dezembro de 2025.

Ainda, a Administração vai propor à Assembleia de Acionistas, que será realizada em 28/04/2026, a ratificação da aprovação, da distribuição de dividendos intercalares no montante total de R\$380.000.000,00 (trezentos e oitenta milhões de reais), à conta de lucros do exercício, após as deduções legais e estatutárias destinado à reserva de expansão da Companhia, apurado no balanço datado de 30 de setembro de 2025, tendo sido efetuado o pagamento no dia 22 de dezembro de 2025. Tiveram direito ao recebimento dos dividendos intercalares os acionistas detentores de ações da Companhia em 12 de dezembro de 2025, na proporção de suas participações no capital social da Companhia, sendo R\$ 0,86051967 por ação nesta data, excluídas as ações em tesouraria. As ações de emissão da Companhia foram negociadas ex-dividendos em 15 de dezembro de 2025.

No Anexo A da Resolução CVM nº. 81/2022, consta da Proposta da Administração, disponível nesse documento, enviada à CVM e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, bem como, disponibilizado no site da Companhia (<http://ri.slcagricola.com.br/>) em 23 de março de 2026.

3. Fixar remuneração anual global dos Administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado.

O montante global da remuneração da Administração aprovado na última Assembleia Geral Ordinária foi de R\$ 23.017.522,15 (vinte e três milhões, dezessete mil, quinhentos e vinte e dois reais e quinze centavos). A proposta sobre a verba global da remuneração da Administração para o exercício social iniciado em 01 de janeiro de 2026 e previsto para encerrar em 31 de dezembro de 2026, está distribuída da seguinte forma totalizando o montante de **R\$ 28.082.694,01 (vinte e oito milhões, oitenta e dois mil, seiscentos e noventa e quatro reais e um centavo):**

R\$	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual	4.572.844,80	10.503.141,14	752.998,81	15.828.984,75
Remuneração variável	-	8.534.352,57	-	8.534.352,57
Baseada em ações	-	3.719.356,69	-	3.719.356,69
Total da Remuneração	4.572.844,80	22.756.850,40	752.998,81	28.082.694,01

A proposição é de que na Assembleia de 28/04/2026 seja aprovada uma verba global de R\$ 28.082.694,01 (vinte e oito milhões, oitenta e dois mil, seiscentos e noventa e quatro reais e um centavo), a ser distribuída pelo Conselho de Administração, na forma prevista no Estatuto Social.

A Remuneração dos Administradores, de acordo com o Item 8 do Formulário de Referência, consta da Proposta da Administração, enviada à CVM e a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, bem como disponibilizado no site da Companhia (<http://ri.slcagricola.com.br/>) em 23 de março de 2026.

AS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. Rerratificar a ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 2025, para ajustar os valores das reservas para as quais parte do lucro de 2024 foi destinado.

Com esta providência, caso aprovada pelos acionistas, a Companhia irá corrigir os valores e as destinações dos resultados do exercício encerrado em 2024, especificamente no que se refere à constituição das Reservas de Investimentos Incentivada, de Expansão e Legal.

Assim, no que se refere aos valores das reservas, ficam retificados os valores constituídos nas contas de reserva, conforme descrito abaixo:

- 1.1. Examinar e deliberar sobre a diminuição de R\$ 5.082,03 (cinco mil, oitenta e dois reais e três centavos) da Reserva de Investimentos Incentivada que passa de R\$ 2.007.771,07 (dois milhões, sete mil, setecentos e setenta e um reais e sete centavos) para R\$ 2.002.689,04 (dois milhões, dois mil, seiscentos e oitenta e nove reais e quatro centavos);
- 1.2. Examinar e deliberar sobre o aumento de R\$ 4.827,93 (quatro mil, oitocentos e vinte e sete reais e noventa três centavos) da Reserva de Expansão que passa de R\$ 241.016.172,85 (duzentos e quarenta e um milhões, dezesseis mil, cento e setenta e dois reais e oitenta e cinco centavos) para R\$ 241.021.000,78 (duzentos e quarenta e um milhões, vinte e um mil reais e setenta e oito centavos);
- 1.3. Examinar e deliberar sobre o aumento de R\$ 254,10 (duzentos e cinquenta e quatro reais e dez centavos) da Reserva Legal que passa de R\$ 25.370.123,46 (vinte e cinco milhões, trezentos e setenta mil, cento e vinte e três reais e quarenta e seis centavos) para R\$ 25.370.377,56 (vinte e cinco milhões, trezentos e setenta mil, trezentos e setenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

ANEXO 1 – SUGESTÃO DE MODELO DE PROCURAÇÃO

[NOME ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO] (“Outorgante”), titular de ações ORDINÁRIAS de emissão da Companhia nas quantidades a seguir descritas:(.....), nomeia e constitui como seu procurador o Sr. [NOME], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], com Carteira de Identidade RG nº [], inscrito no CPF/MF sob o nº [], residente e domiciliado na cidade de [], estado de [], na Rua [], nº [], para representar a Outorgante, na qualidade de acionista da **SLC AGRÍCOLA S.A.** na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 29 de abril de 2025, às 11:00hs, sob a forma exclusivamente digital, considerada como ocorrida na sede da Companhia, conforme artigo 5º, §3º da Resolução CVM 81/2022, localizada na Avenida Nilo Peçanha, 2.900, sala 301, Porto Alegre, RS, podendo examinar, discutir e votar em conformidade com as orientações estabelecidas abaixo, acerca das seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas contas dos Administradores, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, assim como o Parecer dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria Estatutário.

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
()	()	()

2. Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício social e ratificar distribuição de dividendos, nos termos da proposta apresentada pela Administração.

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
()	()	()

3. Fixar a remuneração anual global dos Administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado.

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
()	()	()

Em Assembleia Geral Extraordinária:

1. Rerratificar a ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 2025, para ajustar os valores das reservas para as quais parte do lucro de 2024 foi destinado.

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
()	()	()

ANEXO 2 - PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO - DOCUMENTOS PREVISTOS NO ARTIGO 10º DA RESOLUÇÃO CVM Nº 081 - ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Comentários dos Diretores – (item 10 do formulário de referência)

2.1 Os Diretores devem comentar:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

No ano de 2025, a Companhia **cresceu aproximadamente em cerca de 100 mil hectares** de área de plantio arrendada, em linha com sua estratégia de crescimento, que é preferencialmente no modelo Asset Light. Essa estratégia, ao longo do ano, proporcionou cinco operações de M&A, conforme listadas abaixo:

- **Aquisição da Sierentz Agro Brasil Ltda.**, que atuava na produção de soja, milho e outros produtos agrícolas, bem como na criação de gado em sistema de integração lavoura-pecuária. A operação adquirida é 100% em áreas arrendadas, localizadas nos estados do Maranhão (MA), Piauí (PI) e Pará (PA), totalizando aproximadamente 96 mil hectares físicos. No Maranhão, são cerca de 68 mil hectares, no Piauí 18 mil hectares e no Pará 10 mil hectares. Parte dessas áreas possui aptidão para a realização de segunda safra, totalizando um potencial de aproximadamente 135 mil hectares. O valor final da operação foi de USD 129 milhões, sendo 60% pagos na data do fechamento, já em 2025, e mais duas parcelas de 20% para abril de 2026 e abril de 2027;
- **Cisão e venda da operação da Sierentz no Piauí para a Terrus S.A.**, correspondente a 32 mil hectares físicos, no montante de R\$ 191,2 milhões, sendo 60% pagos na data do fechamento, já recebidos em 2025, e mais duas parcelas de 20% para abril de 2026 e abril de 2027;
- **Compra das áreas da Agrícola Xingu S.A.**, sendo 39.987 hectares físicos na Bahia e 7.835 hectares físicos em Unaí (MG), totalizando R\$ 913 milhões, com 50% pagos em março de 2025 e 50% a serem pagos em março de 2026;
- **Compra da participação da Mitsui na SLC-MIT** (antiga associação entre a SLC Agrícola e a Mitsui), no valor de R\$ 103 milhões, que possibilitou a adição ao resultado da Controladora de mais 27 mil hectares de área plantada;
- **Associação com FIPs sob gestão do BTG**, que possibilitou a entrada de R\$ 913 milhões em 2025 e mais R\$ 119 milhões previstos para 2026, cujo projeto visa acelerar a implementação de área irrigada na Bahia em 21.033 hectares nas fazendas Piratini e Paladino. Na Fazenda Piratini, o projeto já se encontra em andamento e, até 2026, está prevista a execução adicional de 6.303 hectares, totalizando 13.204 hectares. Na Fazenda Paladino, o projeto de irrigação será implementado desde a fase inicial, abrangendo 14.730 hectares, dependendo de licenças para captação de água e perfuração de poços, bem como do fornecimento de energia elétrica. A expectativa é implementar o projeto de irrigação na Fazenda Paladino entre 2028 e 2030.

Safra 2024/25

A safra 2024/25 apresentou desempenho operacional consistente. Com a soja, atingimos produtividade média de 3.961 kg/ha, 21,4% superior à safra anterior e 9,4% acima da média nacional. No algodão e **no milho**, as produtividades realizadas foram de 1.920 kg/ha e **8.304 kg/ha**, respectivamente, sendo esta última um **recorde histórico** para a Companhia.

Valorização de Ativos e Irrigação

Em junho de 2025, as terras de propriedade da Companhia foram avaliadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. em **R\$ 13,4 bilhões**, representando um incremento de 15,6% no valor do portfólio total. O valor médio do hectare agricultável atingiu R\$ 58,9 mil. Considerando as aquisições realizadas em 2025, a valorização comparável do portfólio foi de 7,1%.

Com base nessa avaliação, o Valor Líquido dos Ativos (NAV) encerrou o período em R\$ 26,63 por ação.

A irrigação permanece como foco estratégico. Atualmente, a Companhia conta com 19 mil hectares irrigados, com **previsão de alcançar 53 mil hectares nos próximos anos**, ampliando a previsibilidade produtiva, a rentabilidade e a valorização das terras.

Desempenho Financeiro e Dívida Líquida

No acumulado de 2025, a **Receita Líquida alcançou R\$ 8,6 bilhões, crescimento de 23,7%, refletindo recordes históricos de volume e receita faturada.** O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 2,6 bilhões, com margem de 31,2%, enquanto o Lucro Líquido atingiu R\$ 565,2 milhões, crescimento de 17,3%.

A geração de caixa negativa de R\$ 929,4 milhões refletiu o ciclo de investimentos estratégicos, adicionado a desembolsos relevantes relacionados ao **CAPEX realizado totalizando R\$ 1,7 bilhão**, referentes à aquisição de terras, compra de sociedades, correção de solo, infraestrutura agrícola, máquinas, equipamentos e projetos de irrigação.

Ao final do exercício, a dívida líquida ajustada totalizou R\$ 5,2 bilhões, com a relação **Dívida Líquida/EBITDA Ajustado em 1,97x**. O perfil do endividamento apresentou evolução positiva, com 78% no longo prazo e *duration* médio de 1.168 dias, proporcionando maior conforto no cronograma de amortização.

O Conselho de Administração aprovou um novo **programa de recompra de até 10 milhões de ações**, a serem mantidas em tesouraria para posterior alienação e/ou cancelamento. Adicionalmente, avaliou como oportuno o ajuste no cronograma de **pagamento de dividendos**, sendo deliberado e pago em 2025 o montante de **R\$ 400 milhões, equivalente a R\$ 0,91 por ação**, a título de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio, resultando em um **dividend yield de 5,6%**. Essa medida resultou em um payout superior ao histórico **atingindo 76% no ano de 2025**.

A Companhia passou a integrar a carteira do **Índice de Dividendos da B3 (IDIV)**, que reflete o desempenho médio das cotações de ativos que se destacam na remuneração aos investidores por meio da distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

No final do ano, a Assembleia de Acionistas aprovou a **bonificação de ações à razão de 12,5%**, correspondente à emissão de 55.416.214 novas ações ordinárias, com custo unitário atribuído às ações bonificadas de R\$ 16,4962.

ESG e Reconhecimentos

A agenda ESG seguiu plenamente integrada à estratégia corporativa. A Companhia firmou parcerias estratégicas para agricultura regenerativa e créditos de carbono, avançou em economia circular e concluiu, em **parceria com a Fluere, a maior operação automatizada de apuração de emissões de GEE do agronegócio brasileiro, monitorando 837,2 mil hectares**.

Em 2025, fomos reconhecidos com o Prêmio Fazenda Sustentável, o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, o Prêmio Melhores do ESG da Revista Exame, o Prêmio MESC da SLC Sementes, além do reconhecimento do Great Place to Work Brasil e da premiação de Melhor Profissional de RI e Melhor Prática de RI – Small/Middle Cap pelo Prêmio API MEC IBRI. A SLC Agrícola também liderou o ranking da Institutional Investor em 2025 na categoria Agronegócio (Agribusiness) e Small Cap, alcançando o primeiro lugar em todas as categorias avaliadas pelo Latin America Executive Team.

Além disso, a Companhia atingiu recorde de exportação de algodão em 2025. O recorde de 369 mil toneladas exportadas de algodão, demonstra a forte competitividade e a capacidade de execução da SLC Agrícola no mercado global.

Safra 2025/26

Área de plantio estimada em **838,2 mil hectares, crescimento de 13,8%** em relação à safra anterior. O plantio iniciou em setembro de 2025 e todos os insumos já foram comprados. A Companhia já avançou na comercialização da produção, com 74,8% da soja, 43,8% do milho e 80,7% do algodão já fixados, somados os compromissos.

b. estrutura de capital

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital da Companhia, a qual é mensurada pela relação de dívida líquida sobre o Patrimônio Líquido, apresenta níveis de alavancagem adequados para seu segmento de mercado. Com relação a hipóteses de resgates de ações ou quotas, não há possibilidades, no curto e médio prazo, para a realização de tal evento.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Considerando o caixa disponível, a geração de caixa prevista, o perfil do endividamento financeiro e as condições de liquidez e crédito, a Companhia dispõe de situação favorável para cumprir seus compromissos nos próximos anos. Caso haja novos investimentos que demandem nova captação, buscaremos alternativas no mercado via linhas de crédito bancárias ou emissões no mercado de capitais. Acreditamos que não haverá dificuldades nestas captações em função da condição de crédito e da "bancabilidade" da empresa.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais linhas de financiamento que a Companhia utiliza são: (i) Finame BNDES, (ii) Crédito Rural, (iii) Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), (iv) Financiamentos a Exportações, (v) Capital de Giro, (vi) Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA). As três primeiras linhas de crédito são normalmente incentivadas pelo governo. Os Financiamentos a Exportações são recursos isentos de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) captados através de um agente financeiro (banco) com objetivo de financiar os produtos exportados com taxas de juros pré-fixada, podendo ser “swapadas” para Real, caso a taxa de juros fique atrativa, reduzindo a exposição à variação do dólar ou euro. O Item (iv) Capital de Giro é uma linha de recursos livres para financiar a atividade da empresa. O Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) são títulos de renda fixa de crédito privado lastreados em recebíveis originados de negócios entre produtores rurais ou suas cooperativas, e terceiros, abrangendo financiamentos ou empréstimos relacionados à produção, à comercialização, ao beneficiamento ou à industrialização de produtos, insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária.

Essa variação é compensada parcialmente pelo aumento do caixa em R\$ 668,2 milhões com relação a 2024. A dívida líquida ajustada da Companhia encerrou o ano de 2025 em R\$ 5,2 bilhões, apresentando um aumento de R\$ 1,6 bilhões em relação a 2024. Esse crescimento decorre, principalmente, dos desembolsos relacionados ao custeio da safra, pagamento de dividendos referente aos exercícios de 2024 e 2025 e aos investimentos estratégicos realizados. A seguir, apresentam-se os principais desembolsos do período:

- R\$ 180 milhões referentes à última parcela da Fazenda Paysandu;
- R\$ 329,3 milhões da última parcela da aquisição da participação minoritária na SLC LandCo;
- R\$ 361,5 milhões pela aquisição da Fazenda Paladino;
- R\$ 95 milhões pela compra da Fazenda em Unaí/MG;
- R\$ 103 milhões pela aquisição da participação minoritária na SLC-MIT;
- R\$ 383,2 milhões referentes à primeira parcela da aquisição da Sierentz Agro Brasil Ltda., líquido do caixa da Sierentz no valor de R\$59 milhões, considerando o recebimento da Terrus o valor líquido de impacto no caixa foi de R\$268 milhões (vide nota explicativa da demonstração do fluxo de caixa).
- R\$ 241 milhões referentes ao pagamento de dividendos exercício 2024.
- R\$ 380 milhões referentes ao pagamento de dividendos exercício 2025, antecipados de 2026.
- R\$ 20 milhões referente ao pagamento de JCP.

Adicionalmente, a dívida bruta de R\$ 658,7 milhões da Sierentz foi incorporada ao endividamento da Companhia a partir de julho. Como reflexo desses movimentos, a relação dívida líquida ajustada/EBITDA Ajustada passou de 1,80x no final de 2024 para 1,97x no fechamento de 2025, principalmente devido ao aumento da dívida líquida no período.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A SLC Agrícola tem acesso a linhas com custo atrativos por ser uma empresa produtora rural e exportadora. Entre as principais fontes podemos citar: (i) Fundo Constitucional do Nordeste ou do Centro-Oeste, (ii) Crédito Rural, (iii) Financiamentos a Exportações: ACC (Antecipação de Contrato de Câmbio), ACE (Antecipação de Cambiais Entregues); NCE (Nota de Crédito à Exportação), PPE (Pré Pagamento de Exportação), CCE (Cédula de Crédito à Exportação), Resolução 4131, (iv) Capital de Giro, (v) Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), (vi) Linhas de crédito do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e (vii) Linhas de inovação do FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos).

2025: A dívida líquida ajustada apresentou aumento em comparação ao ano anterior de 42,72%, e uma alta da taxa média de endividamento de 13,1% no ano de 2024 para 15,1% no ano de 2025. Destaca-se o aumento da taxa de endividamento devido à alta do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) de 12,15% em 2024 para 14,90% em 2025. Em 2025 tivemos aumento de operações de CRA devido a oportunidades de alongamento do endividamento com taxas atrativas.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela a seguir demonstra a evolução do endividamento da empresa nos anos de 2024 e 2025:

Linha de Crédito (R\$ mil)	Taxa média anual de juros ⁽¹⁾		Consolidado	
	2024	2025	2024	2025
Endividamento moeda - Real				
Aplicados no Imobilizado	7,8%	11,1%	36.585	214.136
Aplicados no Capital de Giro	13,1%	15,5%	5.588.046	7.358.595
Subtotal ²	13,1%	15,3%	5.624.631	7.572.731
Endividamento moeda - Dólar				
Aplicados no Capital de Giro		7,5%	-	206.948
Subtotal ³	-	7,5%	-	206.948
Subtotal ⁴			5.624.631	7.779.679
(-) Custos da transação CRA			(26.227)	(51.395)
Total			5.598.404	7.728.284
Total Endividamento s/CRA ⁵	13,1%	15,1%	5.624.631	7.779.679
(+/-) Ganhos/perdas c/derivativos vinc.a Aplicações e Dívidas ⁽⁶⁾			30.809	113.701
(=) Dívida Bruta (Ajustada)			5.655.440	7.893.380
(-) Caixa			(1.981.162)	(2.649.368)
(=) Dívida Líquida (Ajustada) final			3.674.278	5.244.012
EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses			2.036.617	2.664.715
Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado			1,80x	1,97x

⁽¹⁾ Taxa de juros final com swap;

⁽²⁾ Subtotal 1 – Total do endividamento fixado em reais

⁽³⁾ Subtotal 2 – Total do endividamento fixado em dólar

⁽⁴⁾ Subtotal 1 e 2 = Total geral do endividamento

⁽⁵⁾ A dívida Bruta Ajustada não considera as custas de CRA, pois já foram pagas.

⁽⁶⁾ Operações com ganhos e perdas de Derivativos (nota 25, letra "e" da DFP);

Considerações importantes sobre BNDES

Linhas de investimentos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) são garantidos por alienação fiduciária ou penhor dos bens financiados e por aval da Companhia. As amortizações são realizadas em base mensal, semestral e anual, após o período de carência, e se darão entre os períodos de 15/01/2026 e 15/07/2035.

Considerações importantes sobre Crédito Rural

Recursos destinados ao custeio e comercialização de safra, cujas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR) elaborado pelo Banco Central do Brasil. As amortizações são realizadas em base semestral, anual ou conforme prazo negociado, com vencimentos entre os períodos de 02/03/2026 e 28/02/2030.

Considerações importantes sobre Capital de Giro

Linha com a finalidade de suprir a necessidade de caixa, as amortizações são realizadas em base semestral, anual ou conforme prazo negociado, com vencimentos entre os períodos de 05/01/2026 e 08/01/2030, sendo operações lastreadas em estoque ou produção.

a) Emissão em 14 de junho de 2024 - Cédula de Produto Rural Financeira ("CPR-F")

Esta operação prevê o cumprimento de compromissos financeiros (Covenants) nas datas base de encerramento de cada exercício social aplicáveis à Companhia, conforme segue:

- (i) Alavancagem líquida, conforme mensurado sobre as demonstrações financeiras ao fim do exercício social: dívida líquida financeira/EBITDA ajustado igual ou inferior a 3,5, sendo:
 - “Dívida Financeira Líquida”: significa (+) endividamento total, (-) disponibilidades de caixa, títulos públicos, aplicações financeiras e equivalentes, (-) estoque, (-) ativo biológico referente a safra do milho exclusivamente”;
 - “EBITDA”: significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Devedora relativas ao período de 12 (doze) meses imediatamente anteriores, o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, excluindo a variação do ativo biológico referente à safra do milho, calculado nos termos da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conforme alterada”;
- (ii) Índice de Liquidez Corrente, conforme mensurado sobre as demonstrações financeiras ao fim do exercício social, igual ou inferior a 1,0, sendo:

- “Índice de Liquidez Corrente”: Significa a divisão entre o ativo circulante e o passivo circulante da Emitente. Para apuração do passivo circulante, deve ser considerada a exclusão dos efeitos do IFRS-16 (passivos de arrendamento/aluguéis)”.

Considerações importantes sobre Financiamento à Exportação

Financiamento das exportações com linhas de curto e longo prazo captado em reais, euro ou dólar indexado a taxa pré-fixada: PPE (Pré-Pagamento de Exportação), NCE (Nota de Crédito de Exportação), ACC (Antecipação de Contrato de Câmbio), Resolução 4131 e CCE (Cédula de Crédito à Exportação). A periodicidade das suas amortizações é anual ou conforme prazo negociado, com vencimentos entre os períodos de 29/01/2026 e 17/01/2029. São garantidos por aval da Companhia ou com garantia “clean”.

Considerações importantes sobre Finep

Finep (Financiadora de Estudos e Projetos). Recursos destinados para apoiar inovação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico. As amortizações são realizadas em base mensal, após o período de carência, e se darão entre os períodos de 15/12/2028 a 15/12/2036.

Considerações importantes sobre CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio

Títulos de renda fixa, emitidos pela securitizadora em nome da SLC Agrícola, lastreados em recebíveis originados de negócios entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, abrangendo financiamentos ou empréstimos relacionados à produção, à comercialização, ao beneficiamento ou à industrialização de produtos, insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária. Os custos dessas transações, registrados na rubrica de empréstimos e financiamentos, totalizam R\$ 51,3 milhões em 31 de dezembro de 2025. Abaixo segue informações das emissões:

a) Emissão em 19 de julho de 2024 – Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”)

No dia 19 de julho de 2024 a Companhia constituiu sua emissão de CPR-Financeira (Cédula de Produto Rural Financeira), no valor total de R\$ 1,0 bilhão, em três séries, para distribuição pública com esforços restritos, da SLC Agrícola S.A., celebrado entre a Emissora e a Riza Securitizadora S.A (Atual Denominação Social da Virgo Securitizadora S.A). A CPR-F foi emitida ao custo de CDI + 0,50% ao ano (1ª série), CDI + 0,60% ao ano (2ª série) e IPCA + 6,7469% ao ano, com vencimento do principal em 16 de julho de 2029 (1ª série) e 15 de julho de 2031 (2ª e 3ª séries), com remuneração anual. A emissão é com garantia “clean” e com elaboração dos relatórios de classificação de risco para a Emissão efetuada pela Standard & Poor’s. O rating inicial foi de “[brAA]” publicado no dia 15 de julho de 2024.

Esta operação prevê o cumprimento de compromissos financeiros (Covenants) nas datas base de encerramento de cada exercício social aplicáveis à Companhia, conforme segue:

- (i) Alavancagem líquida, conforme mensurado sobre as demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de cada ano: dívida líquida financeira/EBITDA ajustado igual ou inferior a 4,0, sendo:
 - “Dívida líquida financeira” igual a “total de empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante” subtraído pela soma de “caixa e equivalentes de caixa” mais “aplicações financeiras no ativo circulante e não circulante”, ajustado pela adição ou subtração, conforme aplicável, de “ganhos/perdas c/derivativos vinculados a aplicações e dívidas”; e
 - “EBITDA ajustado” igual ao “resultado antes das receitas e despesas financeiras”, ajustado pela “depreciação e amortização”; “Depreciação dos ativos de direito de uso – IFRS 16”; “Variação do valor justo dos ativos biológicos e do valor realizável líquido dos produtos agrícolas”; “Realização do valor justo dos ativos biológicos” e “Outras Transações – Imobilizado”.

b) Emissão em 06 de novembro de 2024 – Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”)

- (ii) No dia 06 de novembro 2024 a Companhia constituiu sua emissão de CPR-Financeira (Cédula de Produto Rural Financeira), no valor total de R\$ 400 milhões, série única, público composto exclusivamente por investidores profissionais, da SLC Agrícola S.A., celebrado entre a Emissora e a Riza Securitizadora S.A (Atual Denominação Social da Virgo Securitizadora S.A). A CPR-F foi emitida ao custo de CDI + 1,10% ao ano, com vencimento do principal em 22 de novembro de 2032, com remuneração semestral. A emissão é com garantia “clean” e com elaboração dos relatórios de classificação de risco para a Emissão efetuada pela Standard & Poor’s. O rating inicial foi de “[brAA]” publicado no dia 31 de outubro de 2024.

Esta operação prevê o cumprimento de compromissos financeiros (Covenants) nas datas base de encerramento de cada exercício social aplicáveis à Companhia, conforme segue:

- (iii) Alavancagem líquida, conforme mensurado sobre as demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de cada ano: dívida líquida financeira/EBITDA ajustado igual ou inferior a 4,0, sendo:
- “Dívida líquida financeira” igual a “total de empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante” subtraído pela soma de “caixa e equivalentes de caixa” mais “aplicações financeiras no ativo circulante e não circulante”, ajustado pela adição ou subtração, conforme aplicável, de “ganhos/perdas c/derivativos vinculados a aplicações e dívidas”; e
 - “EBTIDA ajustado” igual ao “resultado antes das receitas e despesas financeiras”, ajustado pela “depreciação e amortização”; “Depreciação dos ativos de direito de uso – IFRS16”; “Variação do valor justo dos ativos biológicos e do valor realizável líquido dos produtos agrícolas”; “Realização do valor justo dos ativos biológicos” e “Outras Transações – Imobilizado”.

Emissão em 22 de setembro de 2025 – Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”)

No dia 22 de setembro de 2025 a Companhia constituiu sua emissão de CPR-Financeira (Cédula de Produto Rural Financeira), no valor total de R\$ 900 milhões, série única, público composto exclusivamente por investidores profissionais, da SLC Agrícola S.A., celebrado entre a Emissora e a Opea Securitizadora S.A. A CPR-F foi emitida ao custo de CDI + 0,40% ao ano, com vencimento do principal em 20 de setembro de 2032, com remuneração semestral. A emissão é com garantia “clean” e com elaboração dos relatórios de classificação de risco para a Emissão efetuada pela Moody’s Local Brasil. O rating inicial foi de “[AA.br]” publicado no dia 19 de setembro de 2025.

Esta operação prevê o cumprimento de compromissos financeiros (Covenants) nas datas base de encerramento de cada exercício social aplicáveis à Companhia, conforme segue:

- (iv) Alavancagem líquida, conforme mensurado sobre as demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de cada ano: dívida líquida financeira/EBITDA ajustado igual ou inferior a 4,0, sendo:
- “Dívida líquida financeira” igual a “total de empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante” subtraído pela soma de “caixa e equivalentes de caixa” mais “aplicações financeiras no ativo circulante e não circulante”, ajustado pela adição ou subtração, conforme aplicável, de “ganhos/perdas com derivativos vinculados a aplicações e dívidas”;
 - “EBTIDA ajustado” igual ao “resultado antes das receitas e despesas financeiras”, ajustado pela “depreciação e amortização”; “depreciação dos ativos de direito de uso – IFRS 16”; “variação do valor justo dos ativos biológicos e do valor realizável líquido dos produtos agrícolas”; “realização do valor justo dos ativos biológicos” e “outras transações – imobilizado”.

c) Emissão em 22 de março de 2023 – Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”)

No dia 22 de março de 2023 a Sierentz Agro Brasil Ltda., constituiu sua emissão de CPR-Financeira (Cédula de Produto Rural Financeira), no valor total de R\$ 75 milhões, série única, público composto exclusivamente por investidores profissionais, da Sierentz Agro Brasil Ltda., celebrado entre a Emissora e a Riza Securitizadora S.A (Atual Denominação Social da Virgo Securitizadora S.A). A CPR-F foi emitida ao custo de CDI + 3,80% ao ano, com vencimento do principal anual sendo a primeira parcela em 13 de março de 2024 e vencimento final em 13/03/2030, com remuneração semestral. A emissão é com garantia corporativa através de aval e garantia real prestada por meio de cessão fiduciária de conta vinculada.

Esta operação prevê o cumprimento de compromissos financeiros (Covenants) nas datas base de encerramento de cada exercício social aplicáveis à Companhia, conforme segue:

- (v) Alavancagem líquida, conforme mensurado sobre as demonstrações financeiras ao fim do exercício social: dívida líquida financeira/EBITDA ajustado igual ou inferior a 4,0, sendo:
- “Dívida Financeira Líquida”: significa (+) endividamento total, (-) disponibilidades de caixa, títulos públicos, aplicações financeiras e equivalentes, (-) estoque, (-) ativo biológico”;
 - “EBITDA”: significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Devedora relativas ao período de 12 (doze) meses imediatamente anteriores, o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, calculado nos termos da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conforme alterada”;
- (vi) Índice de Liquidez Corrente, conforme mensurado sobre as demonstrações financeiras ao fim do exercício social, igual ou inferior a 1,0, sendo:

- “Índice de Liquidez Corrente”: Significa a divisão entre o ativo circulante e o passivo circulante da Emissora. Para apuração do passivo circulante, deve ser considerada a exclusão dos efeitos do IFRS-16 (passivos de arrendamento/aluguéis)”.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não aplicável

Limites de endividamento e contratação de novas dívidas

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 13 de maio de 2025, revisou os limites de alçada da Diretoria para os seguintes atos (i) emissão de quaisquer instrumentos de crédito para captação de recursos, ou outros de uso comum no mercado, exceto *bonds*, *notes*, *comercial papers*; (ii) constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, de suas controladas e coligadas; e (iii) contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como para autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, os quais possuem limite definido no montante de R\$8,1 bilhões.

Distribuição de dividendos

A Companhia segue os preceitos da Legislação Societária, Lei nº 6.404/76, e as normas constantes do Estatuto Social. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das Sociedades Anônimas, ajustado para fins do cálculo de dividendos, nos termos do artigo 202 da mesma lei.

Alienação de ativos

O valor limite para aquisição ou alienação de bens do ativo permanente, salvo se a transação estiver contemplada no orçamento da Companhia, é no montante de R\$32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais), conforme deliberação do Conselho de Administração realizada em 05 de julho de 2010.

Emissão de novos valores mobiliários

O Conselho de Administração, conforme estabelece o artigo 23, inciso XIII do Estatuto Social, tem poder para autorizar a emissão de ações da Companhia, independente de reforma estatutária, dentro dos limites previstos no artigo 6º do Estatuto Social, em até mais 7.800.000 (sete milhões e oitocentas mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Alienação de controle acionário

A alienação do controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos no Estatuto Social, na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia possui um limite de endividamento (Dívida Bruta Ajustada: total de empréstimos e Financiamentos e variações de Swap vinculados, valor acumulado) aprovado em Reunião do Conselho de Administração de R\$8,1 bilhões. No final de ano exercício de 2025, os financiamentos contratados totalizavam R\$7,7 bilhões, utilizando 95,06% do limite autorizado. Sendo assim, não ultrapassa o limite aprovado pelo Conselho de Administração. Atualmente a empresa não trabalha com nenhum limitador por linha de financiamento, possuindo controle sobre o endividamento total.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Abaixo, disponibilizamos a demonstração de resultado de 2025 com análise horizontal comparativa com 2024 e análise vertical.

(R\$)	2024	AV	2025	AV 2025	AH
Receita Operacional Líquida	6.915.764	100,0%	8.553.147	100,0%	23,7%
Algodão em Pluma	3.568.362	51,6%	3.344.618	39,1%	-6,3%
Caroço de Algodão	281.169	4,1%	386.901	4,5%	37,6%
Soja	1.848.303	26,7%	2.749.065	32,1%	48,7%
Semente	286.840	4,1%	296.096	3,5%	3,2%
Milho	523.883	7,6%	1.035.234	12,1%	97,6%
Rebanho Bovino	202.280	2,9%	383.851	4,5%	89,8%
Outras	90.072	1,3%	129.120	1,5%	43,4%
Resultado de Hedge	114.855	1,7%	228.262	2,7%	98,7%
Var. do Valor Justo dos Ativos Biológicos e VRLPA⁽¹⁾	887.863	12,8%	1.206.067	14,1%	35,8%
Custos do Produtos	(4.769.682)	-69,0%	(5.613.074)	-65,6%	17,7%
Algodão em Pluma	(2.204.939)	-31,9%	(2.343.345)	-27,4%	6,3%
Caroço de Algodão	(216.722)	-3,1%	(229.100)	-2,7%	5,7%
Soja	(1.520.934)	-22,0%	(1.772.371)	-20,7%	16,5%
Semente	(93.363)	-1,4%	(84.832)	-1,0%	-9,1%
Milho	(424.994)	-6,1%	(678.447)	-7,9%	59,6%
Rebanho Bovino	(184.773)	-2,7%	(343.489)	-4,0%	85,9%
Outras	(123.957)	-1,8%	(161.490)	-1,9%	30,3%
Realização do Valor Justo dos Ativos Biológicos	(726.219)	-10,5%	(1.217.211)	-14,2%	67,6%
	2.307.726	33,4%	2.928.929	34,2%	26,9%
Despesas/Receitas Operacionais	(794.577)	-11,5%	(1.116.387)	-13,1%	40,5%
Despesas com Vendas	(495.108)	-7,2%	(632.312)	-7,4%	27,7%
Despesas Gerais e Administrativas	(267.270)	-3,9%	(318.669)	-3,7%	19,2%
Gerais e Administrativas	(209.059)	-3,0%	(255.715)	-3,0%	22,3%
Participação nos Resultados	(58.211)	-0,8%	(62.954)	-0,7%	8,1%
Honorários da Administração	(23.968)	-0,3%	(22.684)	-0,3%	-5,4%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3)	0,0%	(19)	0,0%	n.m.
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(8.228)	-0,1%	(142.703)	-1,7%	1634,4%
	1.513.149	21,9%	1.812.542	21,2%	19,8%
Receitas Financeiras	577.834	8,4%	608.181	7,1%	5,3%
Despesas Financeiras	(1.576.767)	-22,8%	(1.707.042)	-20,0%	8,3%
	514.216	7,4%	713.681	8,3%	38,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(32.493)	-0,5%	(148.468)	-1,7%	356,9%
Corrente	(1.556)	0,0%	(209.830)	-2,5%	13385,2%
Diferido	(30.937)	-0,4%	61.362	0,7%	-298,3%
	481.723	7,0%	565.213	6,6%	17,3%
Atribuído aos sócios da SLC Agrícola	509.410	7,4%	555.573	6,5%	9,1%
Atribuído aos sócios das Joint Ventures/Sociedades	(27.687)	-0,4%	9.640	0,1%	-134,8%

(1) Valor Realizável Líquido dos Produtos Agrícolas

Receita Líquida: em 2025 apresentou alta de 23,7% em relação a 2024, refletindo a melhor produtividade da safra 2024/25 frente à safra 2023/24, especialmente para soja e milho, além da valorização dos preços do milho, caroço de algodão e do rebanho bovino.

Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos e Valor Realizável Líquido dos Produtos Agrícolas: aumento de 35,8%, principalmente para a soja e o milho, em função das margens que foram superiores, marcadas através do VVJAB na safra 2024/25, em relação à safra 2023/24. Para o algodão temos o inverso, redução da marcação do VVJAB, reflexo do cenário de pressão de margens.

Custo dos Produtos: em 2025, houve aumento de 17,7% no custo dos produtos vendidos, reflexo do maior volume faturado, adicionado ao aumento do custo unitário do algodão, do caroço de algodão e do rebanho bovino. O que foi parcialmente compensado pelo custo da soja e do milho, que apresentaram forte queda do custo unitário, resultante de produtividades superiores às da safra anterior.

Realização do Valor Justo dos Ativos Biológicos (RVJAB): as principais variações ocorreram nas culturas do algodão, soja e milho. O algodão apresenta RVJAB inferior na comparação com o mesmo período do ano anterior, refletindo a realização por meio das vendas, cujas margens foram inferiores às da safra 2023/24. A soja apresenta variação superior devido à realização de vendas com margens mais elevadas, bem como à recuperação da produtividade na safra 2024/25 em relação à safra 2023/24. O milho apresenta elevação na reversão, em função das vendas realizadas no período, cujas margens foram superiores às da safra 2023/24.

Resultado Bruto: o aumento de 26,9% em relação a 2024, está atribuído ao aumento no resultado da soja reflexo da maior produtividade, milho relacionado tanto pela maior produtividade quanto aos melhores preços, caroço de algodão em função da melhora nos preços, gado e outras, também devido aos preços mais altos e sementes devido ao aumento dos preços e queda do custo.

Despesas com Vendas: aumento de 27,7%, principalmente em armazenagem, devido a maiores volumes estocados pela maior produtividade, royalties e fretes.

Despesas Administrativas: as despesas administrativas (excluindo valores relativos ao programa de participação nos resultados) aumentaram 22,3%, em comparação com o ano anterior. As principais variações foram:

- (i) Gastos com pessoal: variação superior devido a ajustes de quadro de pessoal e criação do Centro de Serviços Compartilhados (CSC) e aquisição da Sierentz;
- (ii) Honorários de Terceiros: aumento relacionado principalmente a serviços de consultoria e assessoria fiscal e tributária, associados aos novos projetos de crescimento da Companhia;
- (iii) Propaganda e Publicidade: elevação das despesas em função das ações de endomarketing;
- (iv) Contingências tributárias, trabalhistas e ambientais: constituição de provisão para contingências trabalhistas;
- (v) Contribuições e doações: aumento no semestre refletindo a maior participação em projetos sociais e culturais incentivados.

No exercício de 2025, a Companhia registrou **despesas não recorrentes** (despesas com consultorias e auditorias) vinculadas aos processos de aquisições realizados no período, que totalizaram **R\$5,939 mil**. Desconsiderando o PPR e as despesas não recorrentes, as despesas administrativas **representaram 2,9%** da receita líquida, uma redução de 0,2 ponto percentual em relação a 2024. Adicionalmente, a incorporação da equipe da Sierentz — contribuiu para o aumento das despesas administrativas, em função dos custos iniciais de integração. Como a empresa foi incorporada recentemente, ainda se encontra em fase de reorganização de processos e aculturação operacional, o que naturalmente pressiona as despesas no curto prazo. No entanto, à medida que o processo de integração evolui, espera-se que, no médio e longo prazo, os custos se estabilizem e converjam para níveis mais eficientes, refletindo sinergias e ganhos de escala.

Resultado Financeiro Líquido Ajustado: as despesas com juros foram aumentaram 10% em relação a 2024 devido ao aumento da dívida líquida ajustada e à elevação do CDI no período. O ajuste a valor presente dos arrendamentos também registrou crescimento, refletindo a alta da taxa de juros, que impactou o recálculo dos contratos de arrendamento de terras. Da mesma forma, o ajuste a valor presente de títulos a pagar aumentou em razão da dívida contraída pela Companhia para aquisição de terras da Agrícola Xingu S.A. e para aquisição da Sierentz Agro Brasil Ltda. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela variação cambial positiva no ano, principalmente relacionada aos fornecedores a pagar indexados ao dólar, beneficiados pela valorização do real frente ao dólar no período. Por fim, outras receitas (despesas) financeiras apresentaram resultado positivo, em função da atualização pela taxa SELIC aplicada aos créditos tributários de impostos a recuperar.

Lucro Líquido: No ano de 2025, o lucro líquido totalizou R\$ 565,2 milhões, representando um aumento de R\$ 83,5 milhões em relação a 2024. Os principais fatores que contribuíram para essa evolução foram:

- Aumento de R\$ 621,2 milhões no lucro bruto, impulsionado principalmente pela melhora do resultado da soja;
- Esse efeito positivo foi parcialmente compensado pelos seguintes fatores:
 - Aumento de R\$ 137,2 milhões nas despesas com vendas;
 - Crescimento de R\$ 50,1 milhões nas despesas gerais e administrativas, sendo R\$ 6,0 milhões de caráter não recorrente, pertinentes às despesas com transações de M&A realizadas em 2025;
 - Elevação de R\$ 134,5 milhões em outras despesas operacionais, das quais R\$ 113,5 milhões são não recorrentes, (vide tabela 24 e NE 32 das Demonstrações Financeiras);
 - Impacto negativo de R\$ 99,9 milhões no resultado financeiro líquido, em virtude do aumento dos juros, parcialmente compensado pela variação cambial positiva;
 - Aumento de R\$ 116 milhões nos impostos sobre o lucro.

A seguir é disponibilizado o demonstrativo do fluxo de caixa e os principais comentários da Companhia sobre o tema.

R\$ (mil)	2024	2025	AH
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	1.480.131	1.808.281	22,2%
Caixa Gerado nas Operações	2.306.554	2.771.642	20,2%
Lucro Líquido (Prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	514.216	713.681	38,8%
Depreciação e amortização	286.202	380.591	33,0%
Depreciação de Direito de Uso	289.102	336.263	16,3%
Juros, Variação Cambial e Atual. Monetária	828.933	696.587	-16,0%
Remuneração baseada em ações	12.064	14.707	21,9%
Equivalência patrimonial	3	19	533,3%
Variação do valor justo dos ativos biológicos	105.434	117.737	11,7%
Variação do valor realiz. líq. produtos agrícolas (VRLPA)	(267.078)	(106.593)	-60,1%
Provisão (reversão) part. nos resultados e contingências trabalhistas	60.973	66.339	8,8%
Provisão p/Perda Impostos a Recuperar	9.109	25.487	179,8%
Provisão de perdas esperadas	408	-	-100,0%
Valor Justo das Propriedades para Investimento	(16.430)	(1.360)	-91,7%
Realização do ajuste a valor presente dos títulos a pagar	23.802	54.462	128,8%
Realização do ajuste a valor presente dos arrendamentos	305.778	331.963	8,6%
Perda com transação com investimentos	-	95.480	n.m.
Outras transações – imobilizado	109.808	28.696	-73,9%
Outros ajustes	44.230	17.583	-60,2%
Variações nos Ativos e Passivos	(826.423)	(963.361)	16,6%
Contas a receber de clientes	(107.463)	50.147	n.m.
Estoques e ativos biológicos	(183.201)	(219.177)	19,6%
Tributos a recuperar	(146.471)	(111.254)	-24,0%
Aplicações financeiras	(472)	(194)	-58,9%
Outras contas a receber	44.947	49.790	10,8%
Adiantamento a fornecedores	(21.453)	1.482	296,2%
Fornecedores	369.025	(158.034)	n.m.
Obrigações fiscais e sociais	(21.149)	(130.621)	517,6%
Obrigações com partes relacionadas	(2.435)	35	n.m.
Operações com derivativos	(359.428)	301.304	n.m.
Títulos a pagar	(2.034)	198.806	n.m.
Adiantamento de clientes	177.546	(87.516)	n.m.
Outras contas a pagar	(5.070)	(34.795)	-100,0%
Arrendamentos (Operacionais) a Pagar	(16.762)	-	228,8%
Imposto de renda e contribuição social pagos	(132.131)	(55.119)	-58,3%
Juros sobre arrendamentos pagos	(49.781)	(75.114)	50,9%
Juros sobre empréstimos pagos	(370.091)	(693.101)	87,3%
Caixa Líquido Atividades de Investimento	(843.113)	(1.810.196)	114,7%
Em imobilizado	(809.765)	(876.462)	8,2%
Em intangível	(8.297)	(10.174)	22,6%
Compra de terras	-	(636.500)	n.m.
Aquisição Sierentz, líquido de caixa ⁽⁴⁾	-	(383.177)	n.m.
Recebimento pela venda de investimento ⁽⁵⁾	-	115.217	n.m.
Integralização de capital	(4.000)	(1.650)	-58,8%
Outros investimentos	(21.051)	(17.450)	-17,1%
Caixa Líquido Antes das Atividades de Financiamento	637.018	(1.915)	n.m.
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	(271.146)	669.926	n.m.
Alienação e Recompra de ações	(2.937)	7.912	n.m.
Empréstimos e financiamentos tomados	2.741.276	4.827.012	76,1%
Empréstimos e financiamentos pagos	(1.965.981)	(3.387.778)	72,3%
Derivativos Pagos	(17.375)	(124.999)	619,4%
Integralização de capital	900	913.783	n.m.
Aquisição de participação	(169.641)	(432.321)	154,8%
Dividendos pagos/JSCP	(423.837)	(638.311)	50,6%
Arrendamentos Pagos	(433.551)	(495.372)	14,3%
Aumento de Caixa e Equivalentes	365.872	668.011	82,6%
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.613.703	1.979.575	22,7%
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.979.575	2.647.586	33,7%
Caixa Livre Apresentado	637.018	(1.915)	n.m.
Variação da conta de aplicações financeiras ⁽¹⁾	472	194	-58,9%
Aquisição de participação ⁽²⁾	(169.641)	(432.321)	154,8%
Arrendamentos Pagos ⁽³⁾	(433.551)	(495.372)	14,3%
Caixa Livre Ajustado	34.298	(929.414)	n.m.

(1) As variações da referida conta não possuem efeito caixa. (2) Em 15 de outubro de 2024, a SLC Agrícola adquiriu a participação minoritária da SLC LandCo Empr. Agrícola. A alteração no percentual de participação não resultou em perda de controle, sendo o valor desembolsado classificado como uma atividade de financiamento, de acordo com o CPC 03.42A. O valor de (R\$ 432,3) da linha de "aquisição de participação" é composto por: (i) (R\$ 280,9) milhões referentes ao pagamento da segunda parcela da aquisição da participação minoritária na SLC LandCo juntamente com (R\$ 48,4) milhões de imposto de renda pago sobre a operação; (ii) R\$ 103 milhões relativos à aquisição da participação da SLC-MIT. (3) Em função da adoção do IFRS 16, o pagamento de arrendamentos passou a ser contabilizado, no Demonstrativo de Fluxo de Caixa, na seção de Atividades de Financiamento. No entanto, deve ser considerado como um desembolso de caixa operacional. Detalhamento dos pagamentos (aluguel, terras de cultura, prédios e máquinas e veículos), vide a nota explicativa 13 da DFP. A partir do 4T24, os valores de arrendamento foram segregados em principal e juros. (4) O valor (R\$ 383,1) da "aquisição Sierentz líquido de caixa" é composto por: (i) (R\$ 442,3) milhões referente ao pagamento da primeira parcela; (ii) R\$ 59,1 referente ao caixa da Sierentz adquirido junto com o ativo ou negócio (vide nota 2.f da DFP). (5) O valor de R\$ 115,2 da linha "recebimento pela venda de investimento" é composto por: (i) R\$ 112,3 recebido da Terrus S.A. referente a 60% do Enterprise Value da operação; (ii) R\$ 2,9 milhões referente a implementação de cobertura de solo na respectiva área (vide nota 2.f da DFP).

Fluxo de Caixa: em 2025, a Companhia registrou uma geração de caixa negativa de R\$ 929,4 milhões, associada principalmente à realização de investimentos estratégicos relevantes, tais como: (i) pagamento de 60% da operação de aquisição da Sierentz (R\$ 442,3 milhões, menos o valor de R\$ 59 milhões de caixa da Sierentz), ou seja, R\$ 383,2 milhões e a venda da empresa cindida da Sierentz para a Terrus, no valor de R\$ 115,2 milhões; (ii) o desembolso de R\$ 180 milhões referente à última parcela da Fazenda Paysandu; (iii) R\$ 329,3 milhões da última parcela da aquisição da participação minoritária na SLC LandCo; (iv) R\$ 103 milhões pela aquisição da participação minoritária na SLC-MIT; (v) R\$361,5 milhões pela aquisição da Fazenda Paladino e (vi) R\$ 95 milhões pela compra da Fazenda em Unai/MG.

2.2 Os Diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita é originada, substancialmente, da venda da produção própria de algodão em pluma, caroço de algodão, soja em grão, milho em grão, sementes de soja e de algodão e gado. Além disso, uma parcela menor da nossa receita, contabilizada na linha de “outras receitas operacionais”, é originada das vendas eventuais de sobra de estoque de matéria prima (fertilizantes, defensivos agrícolas e sementes) e venda de máquinas agrícolas usadas.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No exercício de 2025, foram registradas **R\$ 24 milhões em despesas não recorrentes** (despesas com consultorias e auditorias) relativas às operações de M&A realizadas no período, assim detalhadas:

- **Despesas administrativas: R\$ 5,9 milhões**, referentes a consultorias e auditorias relacionadas aos processos de M&A realizados no período;
- **Outras receitas e despesas operacionais:** Além disso, em outras receitas(despesas) operacionais, estão registradas despesas acessórias e complementares às operações da Companhia. Tanto no trimestre quanto no acumulado do ano, as principais variações referem-se ao resultado da venda de Investimento e gastos relacionados à operação de associação da SLC Agrícola com os FIPS administrados pelo BTG Pactual. O resultado da venda de investimento, gerou uma variação negativa de R\$ 95,5 milhões, no ano, e no trimestre de R\$43,6 milhões - (receita da venda de investimento menos o custo), associada a operação de aquisição da Sierentz. Adicionalmente, foram registradas despesas de R\$ 18.070 mil referentes aos serviços de assessoria prestados para formação da transação de associação da SLC Agrícola com os FIPs administrados pelo BTG. No ano, temos um montante de R\$113,6 milhões e no trimestre R\$ 43,6 milhões que compõe despesas extraordinárias. Ambas as despesas são operacionais e não recorrentes, não refletindo o desempenho regular das operações da Companhia.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Não aplicável, visto que não houve variações relevantes em função de novos produtos e serviços.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Nosso resultado operacional em 2025 foi de R\$ 1,8 bilhões. Estimamos que as variações dos índices de inflação impactaram nosso resultado operacional positivamente em aproximadamente R\$ 26,3 milhões no ano de 2025. As variações de inflação, foram calculadas pelo IGPM. Nossos custos são impactados pela variação de preços internacionais dos principais insumos agrícolas “fertilizantes e defensivos”. Estes custos estão vinculados ao dólar, e podem ainda sofrer alteração conforme o quadro de oferta e demanda mundial. Nos demais custos, tais como mão de obra e custos gerais, a influência do IGPM é mais presente. Em 2025 o impacto da inflação foi positivo em 1,5 p.p.

2.3 Os diretores devem comentar:

As seguintes normas são efetivas para os próximos exercícios:

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; e
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

A Companhia ainda está no processo de avaliação de todos os impactos do novo padrão.

Os impactos materiais iniciais já identificados sobre as demonstrações financeiras do Grupo são os seguintes:

- As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio;
- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (*Management-defined performance measures* - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)); e
- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

CBPS 1 e CBPS 2 (IFRS S1 e S2) – Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e ao Clima

Em conformidade com a Resolução CVM nº 193/2023, que estabelece a obrigatoriedade de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima, a Companhia esclarece que não realizou a adoção antecipada dos Pronunciamentos CBPS 1 (Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade) e CBPS 2 (Divulgação de Informações Relacionadas ao Clima).

CBPS 1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade:

- Estabelece princípios gerais para divulgação de riscos e oportunidades de sustentabilidade; e
- Exige informações sobre governança, estratégia, gestão de riscos, métricas e metas.

CBPS 2 – Divulgação Relacionada ao Clima:

- Complementa o CBPS 1 com foco em riscos e oportunidades climáticos;
 - Segue a estrutura do TCFD (governança, estratégia, riscos e métricas); e
 - Inclui divulgação de emissões de GEE (escopos 1, 2 e 3) e planos de transição.
- A Companhia encontra-se em processo de avaliação dos potenciais impactos decorrentes da adoção das normas CBPS 1 e CBPS 2, com o suporte de consultoria especializada, cujo plano de trabalho e cronograma de implementação estão em andamento.

Considerando o estágio atual do projeto, ainda não foram concluídas análises que permitam a mensuração confiável dos impactos financeiros decorrentes da adoção das referidas normas, não sendo possível, nesse momento, estimar seus efeitos sobre as demonstrações financeiras.

Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nos últimos 3 exercícios sociais não ocorreu ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor.

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Constituição Fazenda Paladino Empreendimentos Agrícolas Ltda.

A Fazenda Paladino Empreendimentos Agrícolas é uma sociedade empresária constituída em 5 de fevereiro de 2025, que possui como atividade a compra e venda de imóveis, arrendamento de imóveis, aluguel de imóveis próprios e gestão e administração de propriedade imobiliária.

Em março de 2025, foi celebrado o contrato de compra e venda imóveis rurais com a Agrícola Xingu S.A., tendo como o objeto a aquisição de 39.987 hectares físicos, correspondentes a uma área localizada no município de São Desiderio, no Estado da Bahia. A área adquirida já era operada pela SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas S.A., empresa do Grupo.

O valor total da transação foi de R\$ 723.000, dos quais R\$ 361.500 foram pagos em 14 de março de 2025, por meio de aumento de capital social aportado pela Controladora SLC Agrícola S.A. O valor remanescente será pago em março de 2026.

A Fazenda Paladino é controlada integralmente pela SLC Agrícola S.A., sua única acionista.

Constituição Fazenda Pamplona Minas Gerais Empreendimentos Agrícolas Ltda.

A Fazenda Pamplona Minas Gerais Empreendimentos Agrícolas Ltda. é uma sociedade empresária constituída em 5 de março de 2025, que possui como atividade a compra e venda de imóveis, arrendamento de imóveis, empreendimentos agrícolas e serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias.

Em março de 2025, foi celebrado o contrato de compra e venda imóveis rurais com a Agrícola Xingu S.A., tendo como o objeto a aquisição 7.835 hectares físicos, correspondente a uma área localizada no município de Unaí, no Estado de Minas Gerais. A área adquirida já era operada pela SLC Agrícolas S.A., por meio de uma de suas controladas, a Fazenda Pamplona Empreendimentos Agrícolas Ltda.

O valor total da transação foi de R\$ 190.000, dos quais R\$ 95.000 foram pagos em 14 de março de 2025, por meio de aumento de capital social aportado pela Controladora, SLC Agrícola S.A. O valor remanescente será pago após o cumprimento de condições precedentes e mediante a lavratura de escritura pública definitiva a favor da Companhia.

A Fazenda Pamplona Minas Gerais é controlada integralmente pela SLC Agrícola S.A., sua única acionista.

Aquisição parcela minoritária SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas S.A.

Em 22 de abril de 2025, a SLC Agrícola finalizou a aquisição de 47,8% da empresa SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas S.A., da qual já detinha 52,2% de participação. Foi pago pela transação o montante de R\$ 103.000 quitados na data do contrato de compra e venda de ações.

A transação gerou um ágio reconhecido no patrimônio líquido da controladora, no valor de R\$ 10.790, originado da diferença entre o montante pago pela aquisição e os ativos líquidos da adquiridos.

A conclusão dessa transação permite maximizar o resultado econômico da operação agrícola. A área plantada da SLC- MIT na safra 2024/25 é de 54,8 mil hectares, consequentemente, 26,2 mil hectares (47,8%) passam a integrar o resultado econômico da controladora SLC Agrícola S.A.

Incorporação reversa SLC Investimento Agrícolas Ltda.

Em 2 de junho de 2025, foi aprovada a incorporação reversa da SLC Investimentos Ltda. por sua controlada, SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas S.A. Antes da operação, a SLC Agrícola S.A. detinha 100% do capital da SLC Investimentos Ltda., a qual, por sua vez, era a controladora da SLC LandCo. Com a incorporação, a SLC LandCo passou a ser diretamente controlada pela SLC Agrícola S.A., que manteve, assim, a integralidade do controle da operação.

Em 1 de junho de 2025, foi finalizado o Laudo de Avaliação Patrimonial da SLC Investimentos Agrícolas Ltda., elaborado com base no balanço patrimonial de 31 de maio de 2025. O laudo apurou um acervo patrimonial líquido no montante de R\$ 725.545. A avaliação foi conduzida por empresa especializada.

A operação integra o processo de reorganização societária do Grupo, com o objetivo de simplificar a estrutura societária, otimizar a gestão corporativa e fortalecer a eficiência operacional.

Aquisição da Sierentz Agro Brasil Ltda.

Em 01 de julho de 2025, foi concluído o processo de aquisição de 100%, por meio da subsidiária SLC-Centro Oeste S.A., da empresa Sierentz Agro Brasil Ltda. ("Sierentz"), por USD 129.000 (cento e vinte e nove milhões), preço final acordado entre as partes em 13 de janeiro de 2026, sendo a primeira parcela paga em 04 de julho de 2025, no montante de USD 81.146 (oitenta e um milhões, cento e quarenta e seis mil), que correspondeu a R\$442.338 (quatrocentos e quarenta e dois milhões, trezentos e trinta e oito mil), a segunda parcela será paga em abril de 2026 e a terceira em abril de 2027.

A operação é 100% em áreas arrendadas, localizadas nos estados do Maranhão (MA), Piauí (PI) e Pará (PA), totalizando aproximadamente 96 mil hectares físicos. No Maranhão serão em torno de 68 mil hectares, no Piauí 18 mil hectares e no Pará 10 mil hectares. Parte dessas áreas têm aptidão para a realização de segunda safra, totalizando um potencial de aproximadamente 135 mil hectares plantados. Conforme informado em Fato Relevante divulgado em 06 de março de 2025, 31.882 mil hectares físicos possuíam proposta vinculante para aquisição dos direitos de operação pela Terrus S.A., operacionalizada através de uma cisão parcial da Sierentz.

Com a cisão parcial da Sierentz, a parcela cindida foi incorporada em uma nova empresa vendida à Terrus S.A, pelo montante de R\$208.993 (duzentos e oito milhões, novecentos e noventa e três mil). Em 04 de julho de 2025, foi recebida a primeira parcela no montante de R\$115.217 (cento e quinze, duzentos e dezessete mil), a segunda parcela será recebida em abril de 2026 e a terceira em abril de 2027.

Com esta operação, a SLC Agrícola vai operar 63 mil hectares físicos (aproximadamente 100 mil hectares de área plantada). O plano de produção é de manter o plantio de soja e milho. O algodão poderá ser implantado a partir do terceiro ano de produção.

Cisão Parcial SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas S.A.

Em 4 de novembro de 2025 foi aprovado, em assembleia, o Laudo de Avaliação Patrimonial para a cisão parcial da empresa.

O laudo foi elaborado com base no balanço patrimonial de 3 de novembro de 2025, e apurou um acervo líquido no montante de R\$ 166.234, o qual foi vertido para a sociedade Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas S.A., até então controlada diretamente pela SLC LandCo.

Em decorrência da cisão parcial, o capital social da SLC LandCo foi reduzido em R\$ 166.234, valor correspondente à parcela cindida e transferida para a nova estrutura societária.

O quadro abaixo demonstra os valores transferidos na cisão realizada no exercício:

Ativo não circulante	Valor cindido
Investimento	166.234
Total	166.234

Após a conclusão da operação, a Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas S.A. passou a ser controlada diretamente pela SLC Agrícola S.A., que se tornou sua única acionista.

Celebração de Acordos de Associação com Fundos de Investimento em Participações para Aquisição de Terras e Projetos de Irrigação

Em 29 de dezembro de 2025 a operação de associação com Fundos de Investimento em Participações – FIPs administrados pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários foi concluída.

Foram constituídas as sociedades de propósito específico, sendo elas SLC Jaborandi S.A., Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas S.A., SLC São Desidério S.A., Fazenda Paladino Empreendimentos Agrícolas S.A. e Paladino Participações S.A., com participação de 50% mais uma ação da SLC Agrícola e 50% menos uma ação dos FIPs.

A SLC Agrícola integralizou capital mediante a contribuição dos ativos, incluindo a Fazenda Piratini, sua infraestrutura e equipamentos de irrigação, enquanto os FIPs realizaram aportes iniciais em dinheiro, conforme pactuado, no montante de R\$913.783 (novecentos e treze milhões, setecentos e oitenta e três mil), e está previsto para o segundo semestre de 2026 o aporte complementar no montante de R\$119 (cento e dezenove milhões) a ser realizado pelas FIPs.

Foi concluída a aquisição de 21.471 hectares agricultáveis da Fazenda Paladino pelas SPE's, bem como da infraestrutura existente das Fazendas Piratini e Paladino, e foram celebrados os contratos de parceria rural entre as SPEs, a SLC Agrícola e a SLC MIT, parceira outorgada e operadora, com prazo inicial de 18 anos, prorrogável automaticamente, nos termos anteriormente divulgados.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou LAJIR (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

Cálculo do EBITDA (R\$ mil)	2025	2024	2023
Receita Líquida	8.553.147	6.915.764	7.230.583
(+/-) Variação do Valor Justo Ativos Biológicos e VRLPA	1.206.067	887.863	1.891.541
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(6.830.285)	(5.495.901)	(6.501.430)
Custo dos Produtos	(5.613.074)	(4.769.682)	(4.414.771)
Realização do Valor Justo Ativos Biológicos	(1.217.211)	(726.219)	(2.086.659)
Resultado Bruto	2.928.929	2.307.726	2.620.694
(-) Despesas com vendas	(632.312)	(495.108)	(388.859)
(-) Gerais e administrativas	(318.669)	(267.270)	(285.152)
Gerais e administrativas	(255.715)	(209.059)	(195.892)
Participação nos resultados	(62.854)	(58.211)	(89.260)
(-) Honorários da administração	(22.684)	(23.968)	(23.608)
(-) Outras rec. (desp.) operacionais	(142.722)	(8.231)	12.106
(=) Resultado da Atividade	1.812.542	1.513.149	1.935.181
(+) Depreciação e amortização	380.591	286.202	219.688
(+) Depreciação dos ativos de direitos de uso - IFRS 16	336.263	289.102	299.542
EBITDA	2.529.396	2.088.453	2.454.411
(-) Variação do Valor Justo Ativos Biológicos e VRLPA ⁽¹⁾	(1.206.067)	(887.863)	(1.891.541)
(+) Realização do Valor Justo Ativos Biológicos*	1.217.211	726.219	2.086.659
(+) Outras Transações - Imobilizado*	28.696	109.808	59.170
(+) Ganhos ou Perdas com transações com investimentos	95.480	-	-
EBITDA Ajustado*	2.684.716	2.036.617	2.708.699
Margem EBITDA Ajustado*	31,2%	29,4%	37,5%

Excluindo as transações que não representam efeito caixa.

(1) VRLPA: Variação do VRL dos Produtos Agrícolas.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

(R\$ mil)	2025	2024	2023
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	565.213	481.723	937.980
Imposto de Renda e Contribuição Social	148.468	32.493	285.925
Depreciação e amortização	380.591	286.202	219.688
Ajuste depreciação do ativo de direito de uso - IFRS 16	336.263	289.102	299.542
Resultado Financeiro Líquido	1.098.861	998.933	711.276
EBITDA	2.529.396	2.088.453	2.454.411
(-) Variação do Valor Justo Ativos Biológicos e VRLPA ⁽¹⁾	(1.206.067)	(887.863)	(1.891.541)
(+) Realização do Valor Justo Ativos Biológicos	1.217.211	726.219	2.086.659
(+) Outras transações-Imobilizado	28.696	109.808	59.170
(+) Ganhos ou Perdas com transações com investimentos	95.480	-	-
EBITDA Ajustado	2.684.716	2.036.617	2.708.699

(1) VRLPA: Variação do VRL dos Produtos Agrícolas.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia define o EBITDA Ajustado como o lucro líquido do exercício antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciações, ajuste ao valor justo dos ativos biológicos, variação do valor realizável líquido dos produtos agrícolas, outras transações Imobilizado e ajuste depreciação do ativo de direito de uso. O EBITDA Ajustado não é uma medida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional da Companhia ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado não possui um significado padronizado, sendo assim, a nossa definição de EBITDA Ajustado pode não ser comparável ao utilizado por outras empresas. A administração da Companhia utiliza o EBITDA Ajustado para medir o desempenho operacional, sendo entendido como o indicador extraído das demonstrações de resultados que mais se aproxima da geração bruta de caixa proveniente dos resultados operacionais.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Incorporação da Sierentz pela SLC CO

Em 1 de janeiro de 2026, em Assembleia Geral Extraordinária e após o encerramento das demonstrações financeiras de 31/12/2025, foi aprovada a incorporação da Sierentz Agro Brasil Ltda, pela sua controladora SLC Agrícola Centro-Oeste S.A.

A incorporação da Sierentz na SLC CO, tem como escopo:

- (i) simplificar a estrutura societária do Grupo SLC, unificando as atividades da Sierentz e da SLC CO em uma só empresa;
- (ii) reduzir custos administrativos e operacionais redundantes, bem como aumentar a eficiência da gestão e da governança do Grupo; e
- (iii) Maior sinergia operacional e otimização de recursos, com a integração dos negócios, atendendo aos interesses das respectivas empresas.

Na operação, foi apurado laudo de avaliação do patrimônio da sociedade, com data-base em 3 de dezembro de 2025, que atribuiu patrimônio líquido no valor de R\$130.723.

No dia 11 de fevereiro de 2026, os atos societários que deliberaram essa incorporação foram deferidos pela Junta Comercial do Rio Grande do Sul (JUCISRS).

Lei complementar nº224/2025

Em 26 de dezembro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 224/2025, a qual estabelece reduções lineares de incentivos e benefícios fiscais federais, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, impactando diversos segmentos do agronegócio.

Dentre as principais alterações introduzidas pela referida legislação, destacam-se:

- (i) aumento da alíquota da contribuição ao Funrural de 2,05% para 2,23%;
- (ii) aplicação de alíquota correspondente a 10% da alíquota padrão do regime não cumulativo de PIS e Cofins;
- (iii) vedação à apropriação de créditos de PIS e Cofins referentes ao adicional de 10% nas aquisições;
- (iv) majoração em 10% das bases de presunção para fins de apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no regime do Lucro Presumido; e
- (v) redução de incentivos fiscais aplicáveis a empresas tributadas pelo Lucro Real.

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar de forma confiável os impactos financeiros decorrentes das referidas alterações. Trata-se, portanto, de evento subsequente que não requer ajuste nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, uma vez que se refere a condições estabelecidas após a data-base.

Pagamento da parcela remanescente Associação SLC Agrícola com os FIPS administrados pelo BTG Pactual

Em 5 de março de 2026 foi recebido o valor de R\$ 59,7 milhões que se refere a 50% da parcela remanescente, referente à operação de associação com Fundos de Investimento em Participações – FIPs, administrados pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, sendo o restante a ser pago no dia 31 de outubro de 2026. Essa antecipação busca manter o ritmo acelerado das obras em andamento.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando

- a. regras sobre retenção de lucros
- b. regras sobre distribuição de dividendos
- c. periodicidade das distribuições de dividendos
- d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais
- e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado (texto ajustado)

Ano	2025
a. Regras sobre retenção de lucros	Conforme artigo 42 do Estatuto Social, assim como a Política de Destinação de Resultados da Companhia, observando ainda a legislação em vigor deverá, ser considerado na proposta para distribuição de lucros a constituição da (a) reserva legal com base em 5% do lucro líquido do exercício limitada a 20% do capital social; (b) conforme proposta da administração, uma parcela pode ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; (c) reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar; (e) reserva de expansão, que será o lucro remanescente após as deduções legais e estatutárias
b. Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com a Política de Destinação de Resultados da Companhia, será distribuído o dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado (art. 202 Lei 6.404/76). Além disso poderá pagar ou creditar juros a acionistas, a título de remuneração do capital próprio, que serão imputados ao valor do dividendo obrigatório. Poderá, ainda, declarar, por deliberação do Conselho de Administração: (a) pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, à conta de lucro apurado em balanço semestral; (b) distribuição de dividendos em períodos inferiores a seis meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre não exceda ao montante das reservas de capital; (c) pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Conforme a Política de Destinação de Resultados, a Companhia distribuirá dividendos preferencialmente uma vez ao ano.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas e arbitrais	Não há restrições
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Em 13 de março de 2019 a companhia aprovou formalmente no Conselho de Administração, a política de destinação de resultados. A política pode ser acessada no site da companhia: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://apicatalog.mziq.com/filemanager/v2/d/a975c39b-3eca-4ad8-9330-2c0a0b8d1060/57ce3b2a-b761-b0aa-9470-1940a293abcf?origin=2

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- I. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
Não aplicável.
- II. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Produto	Data de entrega	Quantidade	Controladora		Moeda	Preço
			Contratos	Unidade		
Safra 2024/25						
Algodão em Pluma	Jan/26-Ago/26	19	1	ton	BRL/ton	8.400,16
Algodão em Pluma	Jan/26-Jul/26	91.421	68	ton	USD/ton	1.620,56
Caroço de Algodão	Jan/26	26.259	26	ton	BRL/ton	1.144,29
Milho	Jan/26	57.996	5	sc	BRL/sc	48,10
Milho	Jan/26	25.552	1	sc	USD/sc	10,60
Soja	Jan/26	18.317	6	sc	BRL/sc	129,18
Soja	Jan/26	16	2	sc	USD/sc	22,50
Safra 2025/26						
Algodão em Pluma	Ago/26-Jul/27	132.625	27	ton	USD/ton	1.631,78
Soja	Jan/26-Mai/26	1.419.582	40	sc	BRL/sc	117,40
Soja	Jan/26-Abr/26	7.258.000	46	sc	USD/sc	19,87
Milho	Jun/26	1.145.000	4	sc	BRL/sc	53,05
Milho	Jun/26-Jul/26	655.000	4	sc	USD/sc	9,04
Safra 2026/27						
Algodão em Pluma	Ago/27-Dez/27	30.000	1	ton	USD/ton	1.631,40
Soja	Jan/27-Mar/27	220.000	5	sc	USD/sc	20,53

Produto	Data de entrega	Quantidade	Consolidado		Moeda	Preço
			Contratos	Unidade		
Safra 2024/25						
Algodão em Pluma	Jan/26-Set/26	20	2	ton	BRL/ton	8.244,22
Algodão em Pluma	Jan/26-Jul/26	122.815	75	ton	USD/ton	1.613,50
Caroço de Algodão	Jan/26-Fev/26	38.127	39	ton	BRL/ton	1.091,14
Milho	Jan/26	76.846	9	sc	BRL/sc	48,10
Milho	Jan/26	26.352	2	sc	USD/sc	10,51
Soja	Jan/26	18.317	6	sc	BRL/sc	129,18
Soja	Jan/26	16	2	sc	USD/sc	22,50
Safra 2025/26						
Algodão em Pluma	Ago/26-Jul/27	180.275	29	ton	USD/ton	1.637,75
Soja	Jan/26-Mai/26	2.486.984	67	sc	BRL/sc	115,62
Soja	Jan/26-Abr/26	12.648.000	76	sc	USD/sc	20,41
Milho	Jun/26-Jul/26	1.235.000	6	sc	BRL/sc	52,47
Milho	Jun/26-Jul/26	2.465.000	12	sc	USD/sc	8,33
Safra 2026/27						
Algodão em Pluma	Ago/27-Dez/27	30.000	1	ton	USD/ton	1.631,40
Soja	Jan/27-Mar/27	345.000	8	sc	USD/sc	20,30

Os contratos futuros têm por objetivo garantir preços de vendas ou volume de vendas. Quando o preço não é pré-fixado, na previsão contratual é estipulada uma data limite para fixação de preço baseada no preço futuro do contrato e produto de referência. Para a proteção destes contratos são feitas operações de hedge financeiro, visando minimizar os riscos.

III. contratos de construção não terminada

Não aplicável.

IV. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Com relação aos contratos de venda para entrega futura, no momento da sua realização (transferência do controle ao cliente), serão registrados como receita e custo na companhia.

- b. natureza e o propósito da operação**

A companhia realiza contratos de venda para entrega futura para garantir margem.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável.

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. investimentos, incluindo:**

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

A companhia não fornece *guidance* dos investimentos previstos, apenas informações relativas aos dados realizados e divulgados.

- ii. fontes de financiamento dos investimentos**

- iii. A diretoria da SLC Agrícola utiliza NCE (Nota de Crédito à Exportação), PPE (Pré Pagamento de Exportação), CCE (Cédula de Crédito à Exportação), CRA (Certificado de Recebimento do Agronegócio), Finame/BNDES, CPR-F (Cédula do Produtor Rural Financeira) e FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) como as principais fontes de financiamentos de investimento de longo prazo. Apenas instituições de primeira linha ofertam esses financiamentos à companhia.

- iv. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não aplicável.

- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

O CAPEX do ano atingiu R\$1,7 bilhão, representando um crescimento de 58,2% em relação a 2024. O principal destaque foi a aquisição de terras na Bahia e em Unaí (MG), que somou R\$ 841,7 milhões. Adicionalmente, os investimentos em correção de solo cresceram 17,5%, alcançando R\$ 279,8 milhões, enquanto os aportes em usinas de beneficiamento de grãos apresentaram aumento de 35,8%, totalizando R\$ 62,4 milhões.

Destaca-se a alocação de capital no projeto de irrigação, no acumulado do ano, foram investidos R\$ 83,4 milhões. O projeto tem como objetivo mitigar riscos climáticos e viabilizar duas safras por ano agrícola, ampliando o potencial econômico-financeiro das operações.

- c. Os novos produtos e serviços, indicando:**

- i. **descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**
ii. **montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**
iii. **projetos em desenvolvimento já divulgados**
iv. **montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável para todos os itens da letra c.

- d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

Na Matriz SWOT (FOFA/ Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) revisada anualmente no planejamento estratégico da SLC Agrícola S.A. foram elencadas as seguintes oportunidades no contexto ASG:

- Desenvolvimento de tecnologias que aumentam a produtividade e possibilitam a redução de custos de produção (incluindo biológicos, serviços digitais e plantas de cobertura). Essa estratégia reduz o uso de recursos naturais;

- Disponibilidade de áreas para arrendamento por sucessão e/ou conversão de pastagem para agricultura e ILPF (integração lavoura pecuária floresta), visto que a ação traz diversos benefícios agronômicos como: aumento da matéria orgânica e demais nutrientes no solo, redução da utilização de produtos químicos pela queda da incidência de pragas e doenças, somado ao aumento da produtividade, aliado ao tratamento dos resíduos bovinos através da compostagem, transformando-os em biofertilizantes;
- Demanda crescente por produto **certificado de agricultura regenerativa**.
- Aumento do uso de bioinsumos (biológicos, biofertilizantes, adubação verde...);
- Crescimento do mercado de carbono;

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não aplicável.

ANEXO 3 – PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO – DOCUMENTOS PREVISTOS NO ARTIGO 10 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO 2 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 81 - ANEXO A

1. Informar o lucro líquido do exercício

O valor do lucro líquido da Controladora foi no montante de R\$555.573 (quinhentos e cinquenta e cinco milhões, quinhentos e setenta e três mil reais).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

O pagamento dos juros sobre capital próprio (JCP) no valor bruto de R\$ 20.000.478,36 (vinte milhões, quatrocentos e setenta e oito reais e trinta e seis centavos), foi calculado até a data base de 03 de dezembro de 2025, sobre o Patrimônio Líquido da Companhia. Correspondente a R\$ 0,0452915922536 por ação ordinária, excluídas as ações em tesouraria, foi imputado ao cálculo do dividendo obrigatório do exercício de 2025, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia. A distribuição ocorreu no dia 23 de dezembro de 2025.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 04 de dezembro de 2025, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares às ações que compõem seu capital social, no montante de R\$ 380.000.000 (trezentos e oitenta milhões) à conta de lucros do exercício, após as deduções legais e estatutárias destinado à reserva de expansão da Companhia, apurado no balanço datado de 30 de setembro de 2025, correspondendo a R\$ 0,86051967 por ação ordinária, excluídas as ações em tesouraria. A distribuição ocorreu no dia 22 de dezembro de 2025.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

A Companhia distribuiu em dezembro de 2025, 76% do lucro líquido ajustado da Controladora, limite superior aos 25% obrigatórios, conforme estipula o artigo 202 da Lei 6.404/76 e disposições do artigo 35 do Estatuto Social.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não se aplica, pois em 2025 foram distribuídos dividendos intercalares.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

A companhia informa aos acionistas que seus créditos estarão disponíveis na data do pagamento, de acordo com a sua conta corrente e domicílio bancário fornecidos ao BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S/A DTVM.

Os dividendos referentes ao exercício social de 2025, foram distribuídos em reais em uma única parcela na forma de dividendos intercalares em 22 de dezembro de 2025. Os juros sobre capital próprio (JCP) foram distribuídos em reais em uma única parcela no dia 23 de dezembro de 2025.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

A Companhia não tem previsão estatutária em relação à atualização, juros sobre dividendos e juros sobre o capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 04 de dezembro de 2025, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares às ações que compõem seu capital social, no montante de R\$ 380.000 milhões.

Os acionistas que estavam na base acionária até 12/12/2025 tiveram direito ao pagamento de dividendos. As ações passam a ser negociadas ex-dividendos a partir do dia 15/12/2025. Os dividendos foram creditados aos acionistas em 22/12/2025.

No dia 10/12/2025 companhia comunica que em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 04 de dezembro de 2025, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio “JCP”, a serem imputados ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2025, no montante de R\$ 20.000.478,36 (vinte milhões, quatrocentos e setenta e oito reais e trinta e seis centavos). As ações passam a ser negociadas ex-JCP a partir do dia 15/12/2025. O JCP foi creditado aos acionistas em 23/12/2025.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

O pagamento dos juros sobre capital próprio (JCP) no valor bruto de R\$ 20.000.

O pagamento de dividendos intercalares foi no montante de R\$ 380.000.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

O pagamento dos juros sobre capital próprio (JCP) ocorreu no dia 23 de dezembro de 2025.

O pagamento de dividendos intercalares ocorreu no dia 22 de dezembro de 2025.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

R\$ Mil	2025	2024	2023
Lucro Líquido	555.573	509.410	895.600
Reserva Legal	27.722	25.370	40.953
Reserva de Incentivos Fiscais	1.138	2.008	76.543
Base cálculo p/dividendos	526.713	482.032	778.103
% dividendos pagos	76%	50%	50%
Dividendos Distribuídos/Propostos e JCP	-	241.016	389.052
Dividendos intermediários e JCP	400.000	-	-
Reserva de Incentivos Fiscais (rerratificação)	-	-	-
Ações emitidas (ON) ⁽¹⁾	498.745.930	443.329.716	443.329.716
Dividendos p/ação ON	0,8020	0,5436	0,8776
Ações em tesouraria	1.925.172	2.612.586	3.184.086
Dividendos p/ação ON (s/ações em tesouraria) *	0,8051	0,5469	0,8839

* posição de ações em tesouraria em 31/12, será atualizada na data base de pagamento dos dividendos.

(1) O quadro da composição acionária da companhia está refletindo a bonificação de ações em 12,5% conforme definido na AGE de 30 de dezembro de 2025.

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Valores informados na tabela informada no item 7.a.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado a reserva legal

Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, foi destinado R\$27.722 (vinte e sete milhões setecentos e vinte e dois mil). No item 7 da letra (a), constam os valores destinados a Reserva Legal nos 3 últimos exercícios sociais.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A esta reserva devem ser destinados 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% (vinte por cento) do Capital Social, por força do disposto no artigo 193 da Lei 6.404/76 e do artigo 42 do Estatuto Social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

As ações da Companhia são todas do tipo ON (ações ordinárias).

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada

classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Artigo 42, letra “e” do estatuto social da Companhia:

“uma parcela destinada ao pagamento de um dividendo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S.A.”.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Todos os dividendos distribuídos pela Companhia foram pagos integralmente, nas datas declaradas em Assembleia Geral Ordinária.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não ocorreu retenção de dividendos, nos três últimos exercícios sociais.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

A proposta da Companhia para a distribuição dos lucros, apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não prevê retenção de dividendo obrigatório.

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

A proposta da Companhia para a distribuição dos lucros, apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não prevê constituição de reserva de contingências.

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável

c. Explicar por que a perda foi considerada provável

Não aplicável

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

A proposta da Companhia para a distribuição dos lucros, apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não prevê constituição de reserva de lucros a realizar.

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Artigo 42 do estatuto social da Companhia:

Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das S.A., conforme o disposto no § 1º deste artigo, ajustado para fins do cálculo de dividendos nos termos do artigo 202 da mesma lei, observada a seguinte ordem de dedução: (a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das S.A. exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.; (c) por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (e) abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.; (e) uma parcela destinada ao pagamento de um dividendo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S. A.; e (f) uma parcela formada por até 100% (cem por cento) dos lucros que remanescerem após as deduções legais e estatutárias poderá ser destinada à formação de reserva para expansão ou investimento, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais ou dispêndios de capital, não podendo esta reserva ultrapassar o menor entre os seguintes valores: (i) 80% (oitenta por cento) do capital social; ou (ii) o valor que, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não ultrapasse 100% (cem por cento) do capital social da Companhia.”

b. Identificar o montante destinado a reserva

O valor a ser constituído é de R\$ 126.714 mil (cento e vinte e seis milhões e setecentos e quatorze mil reais)

c. Descrever como o montante foi calculado

R\$	2025
Lucro Líquido da Controladora	555.573
(-) Reserva Legal	27.722
(-) Reserva de Incentivos Fiscais	1.138
(=) Base de cálculo dos dividendos	526.713
(-) Dividendo Obrigatório 25%	-
(-) Juros sobre capital próprio	20.000
(-) Dividendo intercalares	380.000
(-) Dividendo adicional proposto 25%	-
(-) Outros Resultados Abrangentes	-
(=) Reservas de Expansão	126.713

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

A proposta da Companhia para a distribuição de lucros apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não prevê retenção de lucros.

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

A proposta da Companhia para a distribuição de lucros apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, previu a constituição de reserva de incentivos fiscais.

a. Informar o montante destinado à reserva

No exercício de 2025 foi reconhecido reserva de incentivos fiscais referentes ao benefício do Lucro da Exploração no valor de R\$1.138 mil (um milhão cento e trinta e oito mil).

ANEXO 4 - PROPOSTA REMUNERAÇÃO GLOBAL ANUAL 2026

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. N° de membros	6	4	3	13
c. N° de membros remunerados	6	4	3	13
i. Remuneração fixa anual (*)	4.572.844,80	10.503.141,14	752.998,81	15.828.984,75
Salário ou pró-labore	3.341.427,20	7.720.328,00	627.499,01	11.689.254,21
Benefícios diretos e indiretos		198.876,82	-	198.876,82
Remuneração por participação em comitês	469.276,80	-	-	469.276,80
Outros (encargos do emissor)	762.140,80	2.583.936,32	125.499,80	3.471.576,92
ii. Remuneração variável	0,00	8.534.352,57	0,00	8.534.352,57
Bônus	-	6.667.463	-	6.667.462,95
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros (encargos do emissor)	-	1.866.889,62	-	1.866.889,62
iii. Benefícios Pós-emprego	-	-	-	-
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
v. Baseada em ações	-	3.719.356,69	-	3.719.356,69
Total da Remuneração	4.572.844,80	22.756.850,40	752.998,81	28.082.694,01

(*) Considerando reajuste de Acordo Coletivo 5,0% (aplicado no mês de maio).

ANEXO 5 - PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO - DOCUMENTOS PREVISTOS NO ARTIGO 13º DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

- a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Para diretores estatutários

A remuneração total anual fixa e variável é definida pelo Conselho de Administração da companhia, fundamentado por análise de mercado. Será recolhido sobre o pró-labore parcela equivalente ao FGTS como uma política de retenção dos executivos, de forma voluntária.

Remuneração fixa direta

Prevê o pagamento de 13 parcelas fixas. A empresa acredita que esta parcela fixa e o FGTS estimulam o comprometimento dos diretores nas suas áreas de responsabilidade, seguindo as diretrizes do Conselho de Administração.

Remuneração variável direta

O sistema de remuneração variável avalia o desempenho dos Diretores através do atingimento de metas, sendo que 70% das metas são corporativas e 30% são individuais. As metas são definidas no início do ano agrícola e validadas pelo Conselho de Administração. São considerados importantes fatores que corroborem com o desenvolvimento sustentável da empresa. Dentre os indicadores destacam-se: lucro líquido, custos de produção e produtividade das commodities agrícolas implantadas em cada ano agrícola, qualidade dos produtos, área plantada, EBITDA, sistema de gestão, cronograma de novos projetos, entre outros. Trata-se de um reconhecimento pelo esforço despendido para o setor de commodities agrícolas que apresentam variações nos resultados bastante significativas ao longo do tempo. A remuneração variável é auferida e paga após apresentação do relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Anuais e a respectiva aprovação pelo Conselho de Administração. O target para o número de salários a ser recebido pelo atingimento das metas está definido da seguinte forma para o período social vigente:

Administradores	Remuneração Variável Curto Prazo
Diretor Presidente	14 salários
Demais Diretores	10 salários

A distribuição entre os membros da Diretoria (conforme o Programa de Opções de Compra de Ações (2025) está feita da seguinte forma:

Administradores	Remuneração Variável Longo Prazo
Diretor Presidente	150.000 - ações
Diretor Financeiro e RI	80.000 - ações
Diretor de Suprimentos e Sementes	80.000 - ações
Diretor de RH, Sustentabilidade e TI	80.000 - ações

Os programas 2007 a 2025 totalizam 16.155.318 ações. Dessas, 4.811.375 opções foram outorgadas para os Diretores estatutários ativos até 2025.

Para os conselheiros independentes – A remuneração segue orientação direta do Conselho de Administração da companhia, fundamentado nas melhores práticas das companhias de capital aberto no Brasil, com revisão anual da remuneração total mensal.

Para os membros do Comitê reconhecidos pelo Conselho de Administração recebem uma remuneração adicional, balizadas nas práticas de mercado.

Objetivos

Remunerar os membros da Diretoria de forma atrativa e alinhada às melhores práticas de mercado, visando sua retenção, considerando que se trata de cargos estratégicos e seus ocupantes são responsáveis pelo direcionamento da empresa baseados nas orientações do Conselho de Administração. Também é objetivo compor a remuneração da Diretoria com incentivos de curto e longo prazo observando sua performance, desempenho da empresa e interesses dos acionistas.

A Política de Remuneração Diretoria e Conselho de Administração foi elaborada em 2013 e passou por atualização em 2024. Aprovada pela Diretoria e consta nos sistemas de gestão de documentos da empresa.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam
- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos
- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A remuneração total anual (fixa e variável) é definida pelo Conselho de Administração da empresa, fundamentado por análises de mercado, visando manter o equilíbrio externo. As metas são definidas no início do ano agrícola e validadas pelo Conselho de Administração. Anualmente é criado um Programa de Opção de Ações em que são definidos os termos e condições de cada outorga anual de Opções que deverá passar pela aprovação do Conselho de Administração.

A empresa remunera os membros da Diretoria de forma atrativa e alinhada às melhores práticas de mercado, visando sua retenção, considerando que se trata de cargos estratégicos e seus ocupantes são responsáveis pelo direcionamento da empresa baseados nas orientações do Conselho de Administração.

A remuneração da Diretoria é composta com incentivos de curto e longo prazo observando sua performance, desempenho da empresa e interesses dos acionistas.

A Remuneração fixa e direta sofre reajuste anual conforme INPC – IBGE considerando o índice de inflação oficial do período de maio a abril de cada ano.

Além disso, são feitas pesquisas de mercado com consultorias especializadas em Remuneração de Executivos a fim de manter o equilíbrio externo para continuar trabalhando de forma atrativa e competitiva sendo que as comparações são feitas com empresas de porte similar.

A Remuneração variável por ser paga com referência no salário base, também sofre (indiretamente) reajuste anual conforme INPC – IBGE considerando o índice de inflação oficial do período de maio a abril de cada ano.

O número de salários target para Diretores e Conselheiros é definido pelo Conselho de Administração acompanhando análises de pesquisas de mercado buscando alinhar-se as melhores práticas.

c. composição da remuneração, indicando:

- i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:
 - seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

Remuneração fixa e direta

Remuneração mensal, fixa e direta atribuída ao ocupante do cargo pelo desempenho das suas responsabilidades.

Remuneração variável e direta - Curto Prazo

Como incentivo de curto prazo a empresa trabalha com a Política de Remuneração Variável – Metas, uma remuneração anual referente ao atingimento de metas que visa estimular o engajamento dos profissionais, vinculando sua recompensa ao seu desempenho no alcance de um determinado resultado, complementando dessa forma sua remuneração fixa.

Remuneração variável e direta - Longo Prazo

Como incentivo de longo prazo a empresa possui o Programa de *Stock Options* e Programa de Ações Restritas que tem por objeto operacionalizar o Plano de Opções de Compra de Ações e o Plano de Ações Restritas, buscando a valorização e retenção dos Diretores, bem como o alinhamento de seus interesses aos interesses dos acionistas. O Programa de *Stock Options* remunera seus beneficiários com base no desempenho da empresa e no seu valor de mercado. Já o Programa de Ações Restritas transfere aos profissionais ações ordinárias da Companhia, conforme percentuais pré-estabelecido sobre a quantidade de *Stock Options* destinado a cada Diretor.

Obs.: A empresa pratica benefícios pós-emprego aos Diretores quando esses têm seu contrato de trabalho cessado pela empregadora, são esses: Outplacement, pagamento de metas antecipadas e liberação de plano de saúde com prazo de um ano a partir data de desligamento do mesmo.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

2025

Administradores	Remuneração Fixa	Remuneração Variável Curto Prazo
Conselheiros	100%	0,0%
Diretor Presidente	49,2%	50,8%
Demais Diretores	52,4%	47,6%

2024

Administradores	Remuneração Fixa	Remuneração Variável Curto Prazo
Conselheiros	100%	0,0%
Diretor Presidente	44,2%	55,8%
Demais Diretores	42,2%	57,8%

2023

Administradores	Remuneração Fixa	Remuneração Variável Curto Prazo
Conselheiros	100%	0,0%
Diretor Presidente	41,5%	58,5%
Demais Diretores	45,7%	54,3%

*Não está incluída na proporção a Remuneração Variável de Longo Prazo, pois depende do valor da ação da empresa na data do exercício da opção.

- sua metodologia de cálculo e de reajuste;

Remuneração fixa e direta

A Remuneração fixa e direta sofre reajuste anual conforme a média dos reajustes coletivos aplicados nas Unidades de Produção, negociados por acordo ou convenção coletiva. Além disso, são feitas pesquisas de mercado com consultorias especializadas em Remuneração de Executivos a fim de manter o equilíbrio externo para continuar trabalhando de forma atrativa e competitiva considerando que as comparações são feitas com empresas de porte similar.

Remuneração variável e direta – Curto Prazo

A Remuneração variável por ser paga com referência no salário base, também sofre (indiretamente) reajuste anual conforme a média dos reajustes coletivos aplicados nas Unidades de Produção, negociados por acordo ou convenção coletiva. O número de salários target para Diretores e Conselheiros é definido pelo Conselho de Administração acompanhando análises de pesquisas de mercado buscando alinhar com as melhores práticas.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

As metas estabelecidas pela companhia estão alinhadas com as competências organizacionais, quais sejam: Foco no resultado, Liderança, Comunicação, Inovação, Foco no cliente, Trabalho Colaborativo, Senso de Dono, Sustentabilidade, Visão Estratégica. Anualmente a definição das metas dos principais executivos da companhia examina e considera indicadores como:

- Indicador Econômico: Lucro Líquido, custos de produção e produtividade das commodities agrícolas, EBITDA, custos de insumos para produção, orçamento de investimento anual, fluxo de caixa;
- Indicador de Gente e ESG (ASG): Avaliação do clima organizacional interno, projetos socioambientais, programa de redução das emissões de GEE, programas educacionais, indicador de turnover e de segurança do trabalho. Além disso, o Comitê ESG, formado em 2021, foi estabelecido para acelerar nossa visão estratégica na gestão de frentes voltadas à sustentabilidade. Ao longo do ano, foram realizadas reuniões, com discussões sobre tópicos ligados à adaptação do negócio ao contexto das mudanças climáticas, à gestão ambiental, a investimentos em projetos sociais, entre outros. O Comitê responde ao Conselho de Administração, que também é responsável, entre outras questões, por acompanhar a implementação de políticas e diretrizes, por parte da Diretoria, que abordam a agenda ESG.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

Analisando as melhores práticas de mercado e visando manter-se competitiva e atrativa, a remuneração total é composta pelos seguintes motivos:

- Remuneração fixa: atribuída ao ocupante conforme o cargo.
- Remuneração variável – curto prazo: estimular o engajamento e motivação dos profissionais buscando vincular sua remuneração à sua performance e ao resultado da empresa.

- c) Remuneração variável – longo prazo: promover a retenção e estimular o “senso de dono” visto que a sua remuneração está vinculada à valorização das ações da empresa (no longo prazo) alinhando suas expectativas às dos acionistas.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Para o exercício corrente todos os administradores são remunerados pelo emissor.

- d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;**
Não Aplicável.
Não existe remuneração suportada por empresas controladas ou pelos controladores diretos da Companhia.
- e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor;**
Não aplicável.
A companhia não tem este tipo de remuneração.

8.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. remuneração segregada em
 - i. remuneração fixa anual, segregada em:
 - salário ou pró-labore
 - benefícios diretos e indiretos
 - remuneração por participação em comitês
 - outro
 - ii. remuneração variável, segregada em:
 - bônus
 - participação nos resultados
 - remuneração por participação em reuniões
 - comissões
 - outros
 - iii. benefícios pós-emprego
 - iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo
 - v. remuneração baseada em ações, incluindo opções
- e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal
- f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 – Valores Anuais

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Nº de membros	6	4	3	13
c. Nº de membros remunerados	6	4	3	13
i. Remuneração fixa anual (*)	4.572.844,80	10.503.141,14	752.998,81	15.828.984,75
Salário ou pró-labore	3.341.427,20	7.720.328,00	627.499,01	11.689.254,21
Benefícios diretos e indiretos		198.876,82	-	198.876,82
Remuneração por participação em comitês	469.276,80	-	-	469.276,80
Outros (encargos do emissor)	762.140,80	2.583.936,32	125.499,80	3.471.576,92
ii. Remuneração variável	0,00	8.534.352,57	0,00	8.534.352,57
Bônus	-	6.667.462,95	-	6.667.462,95
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros (encargos do emissor)	-	1.866.889,62	-	1.866.889,62
iii. Benefícios Pós-emprego	-	-	-	-
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
v. Baseada em ações	-	3.719.356,69	-	3.719.356,69
Total da Remuneração	4.572.844,80	22.756.850,40	752.998,81	28.082.694,01

(*) Considerando reajuste de Acordo Coletivo 4,0% (aplicado no mês de maio).

Remuneração total realizada para o Exercício Social 31/12/2025 – Valores Anuais

a.Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Nº de membros	6	4	1	11
c. Nº de membros remunerados	6	4	1	11
i. Remuneração fixa anual	4.372.812,68	9.949.903,58	237.243,64	14.559.959,90
Salário ou pró-labore	3.199.807,20	7.138.819,00	193.440,00	10.532.066,20
Benefícios diretos e indiretos	-	183.897,06	-	183.897,06
Remuneração por participação em comitês	449.388,80	-	-	449.388,80
Outros (encargos do emissor)	723.616,68	2.627.187,52	43.803,64	3.394.607,84
ii. Remuneração variável	0,00	4.535.861,04	0,00	4.535.861,04
Bônus	-	3.543.641,44	-	3.543.641,44
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros (encargos do emissor)	-	992.219,60	-	992.219,60
iii. Benefícios Pós-emprego	-	-	-	-
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
v. Baseada em ações	-	3.422.783,52	-	3.422.783,52
Total da Remuneração	4.372.812,68	17.908.548,14	237.243,64	22.518.604,46

Remuneração total realizada para o Exercício Social 31/12/2024 – Valores Anuais

a.Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Nº de membros	6	3,67	3	12,67
c. Nº de membros remunerados	6	3,67	3	12,67
i. Remuneração fixa anual	4.171.603,20	8.865.173,50	703.702,40	13.740.479,10
Salário ou pró-labore	3.057.951,20	6.256.297,00	574.260,00	9.888.508,20
Benefícios diretos e indiretos	-	172.527,10	-	172.527,10
Remuneração por participação em comitês	429.468,80	-	-	429.468,80
Outros (encargos do emissor)	684.183,20	2.436.349,40	129.442,40	3.249.975,00
ii. Remuneração variável	-	5.791.496,29	0,00	5.791.496,29
Bônus	-	4.524.606,48	-	4.524.606,48
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros (encargos do emissor)	-	1.266.889,81	-	1.266.889,81
iii. Benefícios Pós-emprego	-	-	-	-
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
v. Baseada em ações	-	4.019.467,33	-	4.019.467,33
Total da Remuneração	4.171.603,20	18.676.137,12	703.702,40	23.551.442,72

Remuneração total realizada - Exercício Social 31/12/2023 – Valores Anuais

a.Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Nº de membros	6	4	3	13
c. Nº de membros remunerados	6	4	3	13
i. Remuneração fixa anual	4.197.462,08	9.014.124,72	615.829,20	13.827.416,00
Salário ou pró-labore	3.026.923,28	6.554.915,40	500.364,00	10.082.202,68
Benefícios diretos e indiretos	-	104.659,96	-	104.659,96
Remuneração por participação em comitês	277.689,60	-	-	277.689,60
Outros (encargos do emissor)	892.849,20	2.354.549,36	115.465,20	3.362.863,76
ii. Remuneração variável	0,00	6.333.328,32	0,00	6.333.328,32
Bônus	-	4.947.912,75	-	4.947.912,75
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros (encargos do emissor)	-	1.385.415,57	-	1.385.415,57
iii. Benefícios Pós-emprego	-	-	-	-
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
v. Baseada em ações	-	3.447.134,90	-	3.447.134,90
Total da Remuneração	4.197.462,08	18.794.587,94	615.829,20	23.607.879,22

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação ao bônus:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- e. em relação à participação no resultado:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Remuneração variável	2023	2024	2025	2026 Previsto
b. Número total de membros	4,0	4,0	4,0	4,0
c. Número total de membros remunerados	4,0	4,0	4,0	4,0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (*)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	4.947.913	4.524.606	3.543.641	6.667.463
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas (**)	4.947.913	4.524.606	3.543.641	6.667.463
Valor reconhecido no resultado	4.947.913	4.524.606	3.543.641	6.667.463
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas				
Valor reconhecido no resultado				

(*) A empresa não possui valor mínimo para remuneração variável.

(**) Remuneração Variável de Curto Prazo baseada no target.

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais

Objetivo

O Plano de Opção de Ações tem por objeto a outorga de opções de compra de ações de emissão da SLC AGRÍCOLA S.A. a diretores e gerentes da Companhia, com o objetivo de atraí-los, motivá-los e retê-los, bem como alinhar seus interesses aos interesses da Companhia e de seus acionistas.

Abrangência

Esta política se aplica à SLC Agrícola S.A.

Aspectos gerais

A prática de *Stock Options* é um incentivo de longo prazo que visa a valorização e retenção da camada estratégica da Empresa. Tal programa faculta aos Beneficiários adquirirem Ações da Empresa ao fim do prazo de carência (*vesting*) estipulado no Plano de Opções de Compra de Ações a um preço pré-fixado. Ou seja, os Beneficiários podem ou não (a seu critério) exercer o direito de adquirir Ações da Empresa. Dessa forma, também é objetivo do programa alinhar os interesses dos elegíveis aos interesses dos acionistas.

Gestão do Plano

Esse programa é gerido por um Comitê Gestor, observados os termos e as condições básicas do Plano e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração da Empresa. Anualmente o Comitê Gestor criará um Programa de Opção de Ações em que são definidos os termos e condições de cada outorga anual de Opções, e esse deverá passar pela aprovação do Conselho de Administração.

Elegíveis

São elegíveis ao Plano os Diretores, Gerentes e indicados pela Empresa. Anualmente o Comitê Gestor indicará ao Conselho de Administração aqueles aos quais serão oferecidas Opções. Ou seja, nem todos elegíveis serão necessariamente beneficiários.

Contrato

Após a eleição do Beneficiário pelo Conselho de Administração é firmado o Contrato de Outorga Opções de Compra de Ações e outras avenças. Também é firmado o Termo de Adesão no prazo fixado em cada Programa Anual.

Composição da quantidade de Opções

A quantidade de Opções é definida pelo Comitê Gestor quando da criação de cada Programa de Opção de Ações. O Programa de Opções é limitado em 3,75% das ações representativas do capital social da Companhia na data de criação de cada Programa e seguirá o seguinte critério:

Prazo de Carência (vesting)

O exercício das Opções estará sujeito a prazos de carência (*vesting*). As Opções somente poderão ser exercidas a partir do término dos prazos de carência indicados na tabela abaixo:

Prazos de Carência (a partir da outorga das Opções)	Percentual de Opções Liberado para Exercício
Antes do primeiro aniversário	0%
A partir do primeiro aniversário	30%
A partir do segundo aniversário	60%
A partir do terceiro aniversário	100%

Preço de Exercício

O preço de exercício das Opções a ser pago pelos Beneficiários será equivalente à média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das Ações da Companhia na BOVESPA nos 90 pregões anteriores ao último dia do mês anterior ao mês de criação do Programa de Opção de Ações, aplicado o desconto de 15% (quinze por cento) previsto no Plano de Opção de Ações da Companhia. Ou seja, na criação do Programa já é pré-definido o valor de compra da Ação.

Exercício das Opções

As Opções poderão ser exercidas pelo Beneficiário durante o prazo pré-fixado pelo Comitê Gestor a cada Programa de Opção de Ações, não superior a 5 anos a partir da assinatura do Contrato de Outorga Opções de Compra de Ações e outras avenças. O pagamento deverá ser feito à vista, exceto quando o Beneficiário optar por vender imediatamente as Ações. Nesse caso o Beneficiário emitirá uma nota promissória com vencimento no primeiro dia útil após a liquidação financeira da transação.

Desligamento

Se ocorrer o desligamento do Beneficiário, esse tem 30 dias a contar do desligamento para exercer Opções exercíveis. Se no desligamento o Beneficiário ainda não possuir Opções exercíveis, suas Opções ficam automaticamente extintas.

Morte ou Invalidez Permanente

Na morte do Beneficiário, suas Opções se tornarão exercíveis para seus herdeiros pelo prazo de 12 meses a contar da data do falecimento ou até o término do prazo do exercício. As Opções poderão ser exercidas no todo ou em parte mediante pagamento à vista. No caso de invalidez permanente do Beneficiário, suas Opções poderão ser exercidas antecipadamente no todo ou em parte mediante pagamento à vista.

Dividendos e Bonificações

As Ações adquiridas pelos Beneficiários farão jus aos dividendos, juros sobre o capital próprio e demais proventos declarados pela Empresa.

Observações Gerais

Pela periodicidade do Plano de Opções de Compra de Ações, deverão ser observadas as disposições que constam no Programa do ano vigente, bem como suas exceções e poderes do Comitê Gestor e Conselho de Administração.

b. data de aprovação e órgão responsável

O atual Plano de Opções de Ações foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da SLC AGRÍCOLA S.A. realizada em 29 de abril de 2015.

O Plano é gerido por um Comitê Gestor, observados os termos e as condições básicas do Plano e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

O Comitê submete cada Programa Anual à aprovação do Conselho de Administração. Todas as regras de cada Programa Anual constam do Contrato de Outorga Opções de Compra de Ações e Outras Avenças ("Contrato"), firmado com cada Beneficiário em cada Programa Anual.

c. número máximo de ações abrangidas

A quantidade de Opções é definida pelo Comitê Gestor quando da criação de cada Programa de Opção de Ações (anualmente). O Plano de Opções de Ações é limitado 3,75% das ações representativas do capital social da Companhia na data de criação de cada Programa.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a serem outorgadas, estão definidas de acordo com os limites do Plano de Opção da Companhia, isto é, 3,75% das ações representativas do capital social da Companhia na data de criação de cada Programa. A distribuição da quantidade de opções para cada executivo é definida pelo Comitê Gestor do Plano.

e. condições de aquisição de ações

Observados os prazos de carência previstos, poderão ser exercidas pelo Beneficiário titular das Opções durante o prazo a ser fixado pelo Comitê para cada Programa Anual, que deverá ser de, no máximo, 5 (cinco) anos contados a partir da data da assinatura do Contrato. O exercício de cada Opção será feito mediante entrega do competente Termo de Exercício de Opção devidamente preenchido e assinado pelo Beneficiário.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das Opções dos Programas Anuais criados a partir de 2014, a ser pago pelos Beneficiários titulares das opções quando a integralização do preço de emissão das ações subscritas, será equivalente à média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações da Companhia, na B3, nos 90 (noventa) pregões anteriores ao último dia do mês anterior ao mês de criação do Programa Anual.

Para os Programas Anuais criados a partir de 2014, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, estabelecer um desconto de até 20% (vinte por cento) sobre a média apurada, bem como estabelecer que o preço de exercício deva ser corrigido monetariamente, a partir da data-base de sua determinação, por meio de índice de preços a ser definido pelo Conselho de Administração da Companhia em cada Programa Anual.

g. critérios para fixação do prazo de exercício

A companhia realizou pesquisas de mercado e optou pela utilização do critério vigente desde a criação do plano, conforme a seguir demonstrado:

Prazos de Carência (a partir da outorga das Opções)	Percentual de Opções Liberado para Exercício
Antes do primeiro aniversário	0%
A partir do primeiro aniversário	30%
A partir do segundo aniversário	60%
A partir do terceiro aniversário	100%

h. forma de liquidação

O pagamento deverá ser feito à vista, no ato da subscrição, salvo na hipótese de o Beneficiário optar por vender imediatamente as ações adquiridas em bolsa de valores, caso em que o pagamento poderá ser feito mediante a emissão pelo Beneficiário de nota promissória pró-soluto com vencimento no primeiro dia útil após a liquidação financeira da transação.

i. restrições à transferência das ações

As Opções são outorgadas ao Beneficiário em caráter personalíssimo e não podem ser oneradas ou transferidas.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Observada a Política de Negociação com Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, o Comitê ou o Diretor de Relações com Investidores poderão estabelecer a qualquer tempo restrições para o exercício das Opções por determinados períodos do exercício social que antecedam a divulgação de fatos relevantes pela Companhia incluindo, mas não se limitando a períodos que antecedam o encerramento do exercício social e a publicação de demonstrações financeiras da Companhia, períodos compreendidos entre decisões de aumento de capital, distribuição de dividendos, bonificação em ação ou desdobramento e a publicação dos respectivos editais ou anúncios e outros períodos nos quais seja recomendável a suspensão do exercício das Opções. Caso os 2 (dois) últimos meses do prazo de exercício da Opção coincidam com período de vedação à negociação com valores mobiliários

de emissão da Companhia, nos termos de sua Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante ou da legislação aplicável, o prazo de exercício da Opção será suspenso, sendo reiniciado tão logo cessada a vedação à negociação.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de Desligamento do Beneficiário, por qualquer razão, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções que lhe tenham sido concedidas e que ainda não sejam exercíveis. As Opções já exercíveis na data do Desligamento poderão ser exercidas pelo seu titular no prazo decadencial de 30 (trinta) dias, contados da data do Desligamento. O Comitê poderá estender este prazo quando tal medida for justificada pelas circunstâncias específicas do caso.

PLANO DE OUTORGA DE AÇÕES RESTRITAS

a. termos e condições gerais:

Pessoas Elegíveis

Poderão ser eleitos como Beneficiários de Ações Restritas nos termos do Plano os Diretores e Gerentes da Companhia ou outras sociedades sob seu controle.

Aspectos gerais

Requisitos para se Adquirir a Condição de Participante: As Pessoas Elegíveis devem ser formalmente indicadas pelo Conselho de Administração, nos termos definidos neste Plano, a fim de se tornar Beneficiário do Plano. Os requisitos para a eleição dos Beneficiários do Plano serão estabelecidos pelo Conselho de Administração, de acordo com os critérios que julgar necessários para concretização dos objetivos do Plano. Ainda, como condição essencial para que a indicação seja considerada como válida e vinculativa, as Pessoas Elegíveis indicadas como Beneficiários deverão assinar o Contrato de Outorga, aderindo expressamente ao Plano e declarando-se dele ciente de todos os seus termos e condições, inclusive das restrições nele contidas.

Gestão do Plano

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração, o qual contará com o Comitê para assessorá-lo na gestão do Plano.

Contrato

A outorga das Ações Restritas nos termos do Plano é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Companhia e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de Ações Restritas objeto da outorga e os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas.

Composição da quantidade de Opções

Em cada Programa anual, o Conselho de Administração, nos termos deste Plano, definirá um determinado número de Ações Restritas a serem distribuídas entre os Beneficiários.

Aquisição de Direitos Relacionados às Ações Restritas

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Outorga e observado o disposto no item 10 abaixo, os Beneficiários somente adquirirão os direitos às Ações Restritas na medida em que permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a Data de Outorga e as datas especificadas abaixo, como segue:

- i. 30% a partir de primeiro aniversário;
- ii. 60% a partir do segundo aniversário; e
- iii. 100% a partir do terceiro aniversário.

Desligamento

Exceto conforme exposto abaixo, nas hipóteses de Desligamento do Beneficiário por justa causa ou a seu pedido ou ainda sem justa causa, bem como por Desligamento imediatamente após a aposentadoria por tempo de trabalho, as Ações Restritas não plenamente adquiridas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Morte ou Invalidez Permanente

No caso de morte do Beneficiário, todas as Ações Restritas não plenamente adquiridas, poderão ser plenamente adquiridas por seus herdeiros e sucessores, por sucessão legal ou por imposição testamentária, pelo prazo improrrogável de 12 (doze) meses a contar da data do falecimento, independentemente do prazo previsto para aquisição de direitos relacionados às ações restritas.

b. data de aprovação e órgão responsável

(i) estimular a melhoria da gestão da Companhia e das empresas que estejam sob seu controle direto ou indireto; (ii) promover a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (iii) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das Pessoas Elegíveis; e (iv) possibilitar à Companhia ou outras sociedades atrair e manter a ela(s) vinculados as Pessoas Elegíveis.

c. número máximo de ações abrangidas

O número total de Ações Restritas que poderão ser outorgadas anualmente no âmbito do Plano, no somatório de todos os Programas ativos, não excederá a 1% (um por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Idem a letra c.

e. condições de aquisição de ações

As condições de aquisição de ações seguem os Requisitos para se Adquirir a Condição de Participante, descrito da letra a.

f. critérios para a fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável

g. critérios para a fixação do prazo de aquisição ou exercício

Os Beneficiários somente adquirirão os direitos às Ações Restritas na medida em que permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a Data de Outorga e as datas especificadas abaixo, como segue: (i) 30% a partir de primeiro aniversário; (ii) 60% a partir do segundo aniversário; e (iii) 100% a partir do terceiro aniversário.

h. forma de liquidação

Atendido todos os requisitos para se Adquirir a Condição de Participante, Companhia transferirá para o nome do Beneficiário as respectivas Ações Restritas, por termo de transferência de ações nominativas da Companhia no sistema do agente responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia, sem custo para o Beneficiário.

i. restrições à transferência das ações

No período de carência a expectativa de direito às ações é personalíssima e intransferível.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Dentre as causas que podem gerar a alteração ou extinção do Plano, está a ocorrência de fatores que causem grave mudança no panorama econômico e que comprometam a situação financeira da Companhia.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de Desligamento do Beneficiário por justa causa ou a seu pedido ou ainda sem justa causa, bem como por Desligamento imediatamente após a aposentadoria por tempo de trabalho, as Ações Restritas não plenamente adquiridas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdidas e expiradas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Remuneração baseada em ações- Previsão para 2026

a. Órgão	Diretoria
b. Nº total de membros	4
c. Nº total de membros remunerados	4
d. Preço médio ponderado de exercício:	
i. Das opções em aberto no início do exercício social	15,11
ii. Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	0
iii. Das opções exercidas durante o exercício social	0
e. Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,110%

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2025 - (Programa 2025)

a. Órgão	Diretoria
b. Nº total de membros	4
c. Nº total de membros remunerados	4
d. Preço médio ponderado de exercício:	
i. Das opções em aberto no início do exercício social	13,24
ii. Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	0
iii. Das opções exercidas durante o exercício social	0
e. Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,078%

Remuneração baseada em ações- exercício social encerrado em 31/12/2024 - (Programa 2024)

a. Órgão	Diretoria
b. Nº total de membros	4
c. Nº total de membros remunerados	4
d. Preço médio ponderado de exercício:	
i. Das opções em aberto no início do exercício social	15,27
ii. Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	0
iii. Das opções exercidas durante o exercício social	0
e. Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,081%

Remuneração baseada em ações- exercício social encerrado em 31/12/2023 - (Programa 2023)

a. Órgão	Diretoria
b. Nº total de membros	4
c. Nº total de membros remunerados	4
d. Preço médio ponderado de exercício:	
i. Das opções em aberto no início do exercício social	35,65
ii. Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	0
iii. Das opções exercidas durante o exercício social	0
e. Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,110%

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de opções outorgadas
- f. prazo para que as opções se tornem exercíveis
- g. prazo máximo para exercício das opções
- h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- i. valor justo das opções na data da outorga
- j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Remuneração baseada em ações- Previsão para 2026

a. Órgão	Diretoria
b. Nº total de membros	4
c. Nº total de membros remunerados	4
d. Data da outorga	06/11/2026
e. Quantidade de opções outorgadas	356.000
f. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	30% - 06/11/2027
	30% - 06/11/2028
	40% - 06/11/2029
g. Prazo máximo para o exercício das opções	06/11/2031
h. Prazo de restrição à transferência das ações recebidas	30 dias após entrega do termo de exercício
i. valor justo das opções na data da outorga	15,11
j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	1.791.461,10

Remuneração baseada em ações- exercício social encerrado em 31/12/2024 - (Programa 2025)

a. Órgão	Diretoria
b. Nº total de membros	4
c. Nº total de membros remunerados	4
d. Data da outorga	06/11/2025
e. Quantidade de opções outorgadas	390.000
f. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	30% - 06/11/2026
	30% - 06/11/2027
	40% - 06/11/2028
g. Prazo máximo para o exercício das opções	06/11/2030
h. Prazo de restrição à transferência das ações recebidas	30 dias após entrega do termo de exercício
i. valor justo das opções na data da outorga	13,74
j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	1.628.601,00

Remuneração baseada em ações- exercício social encerrado em 31/12/2024 - (Programa 2024)

a. Órgão	Diretoria
b. Nº total de membros	4
c. Nº total de membros remunerados	4
d. Data da outorga	12/11/2024
e. Quantidade de opções outorgadas	356.000
f. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	30% - 12/11/2025
	30% - 12/11/2026
	40% - 12/11/2027
g. Prazo máximo para o exercício das opções	12/11/2029
h. Prazo de restrição à transferência das ações recebidas	30 dias após entrega do termo de exercício
i. valor justo das opções na data da outorga	15,27
j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	1.544.256,80

Remuneração baseada em ações- exercício social encerrado em 31/12/2023 - (Programa 2023)

a. Órgão	Diretoria
b. Nº total de membros	4
c. Nº total de membros remunerados	4
d. Data da outorga	08/11/2023
e. Quantidade de opções outorgadas	178.000
f. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	30% - 07/11/2024 30% - 07/11/2025 40% - 07/11/2026
g. Prazo máximo para o exercício das opções	07/11/2028
h. Prazo de restrição à transferência das ações recebidas	30 dias após entrega do termo de exercício
i. valor justo das opções na data da outorga	35,65
f. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	1.664.287,12

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerado
- d. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2024

a. Órgão	Diretoria	
b. Nº de membros	4	
c. Nº de membros remunerados	4	
d. Opções ainda não exercíveis		
i. Quantidade	694.400	
ii. Data em que se tornarão exercíveis	06/11/2026	117.000
	07/11/2026	55.200
	12/11/2026	106.800
	06/11/2027	117.000
	12/11/2027	142.400
	06/11/2028	156.000
iii. Prazo máximo para exercício das opções	06/11/2028	55.200
	12/11/2029	249.200
	06/11/2030	390.000
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	Liberação de 30%: Após 1 ano Liberação de 60%: após 2 anos Liberação de 100%: após 3 anos	
v. Preço médio ponderado de exercício	15,45	
vi. Valor justo das opções no último dia do exercício social	11.145.120,00	
e. Opções exercíveis		
i. Quantidade	447.600	
ii. Prazo máximo para exercício das opções	09/11/2026	129.000
	03/11/2027	129.000
	06/11/2028	82.800
	12/11/2029	106.800
iii. Prazo de restrição à transferência das ações	Liberação de 30%: Após 1 ano Liberação de 60%: após 2 anos Liberação de 100%: após 3 anos	
iv. Preço médio ponderado de exercício	12,51	
v. Valor justo das opções no último dia do exercício social	7.183.980,00	
vi. Valor justo do total das opções no último dia do exercício anterior	6.178.992,00	

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado de exercício
- f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
- g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

A tabela abaixo contempla todos os itens solicitados acima:

Remuneração Baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2025:

a. Órgão	Diretoria
b. Nº de membros	4
c. Nº de membros remunerados	4
d. número de ações	219.580
e. preço médio ponderado de exercício	12,51
f. médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	8,27
g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	930.570,19

Remuneração Baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2024:

a. Órgão	Diretoria
b. Nº de membros	4
c. Nº de membros remunerados	4
d. número de ações	207.048
e. preço médio ponderado de exercício	11,58
f. médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	14,37
g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-578.644,25

Remuneração Baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2023:

a. Órgão	Diretoria
b. Nº de membros	4
c. Nº de membros remunerados	4
d. número de ações	243.562
e. preço médio ponderado de exercício	20,61
f. médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	15,49
g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	1.247.777,56

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

Remuneração Baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2026 (Previsto):

a. Órgão	Diretoria
b. Nº de membros	4
c. Nº de membros remunerados	4
d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,110%

Remuneração Baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2025:

a. Órgão	Diretoria
b. Nº de membros	4
c. Nº de membros remunerados	4
d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,078%

Remuneração Baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2024:

a. Órgão	Diretoria
b. Nº de membros	4
c. Nº de membros remunerados	4
d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,081%

Remuneração Baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2023:

a. Órgão	Diretoria
b. Nº de membros	4
c. Nº de membros remunerados	4
d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,110%

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- órgão
- número total de membros
- número de membros remunerados
- data de outorga
- quantidade de ações outorgada
- prazo máximo para entrega das ações
- prazo de restrição à transferência das ações
- valor justo das ações na data da outorga
- multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

Outorga de ações – Previsão para 2026:

a. Órgão	Diretoria
b. Nº de membros	4
c. Nº de membros remunerados	4
d. data de outorga	06/11/2026
e. quantidade de ações outorgada	97.500
f. prazo máximo para entrega das ações	06/11/2029
g. prazo de restrição à transferência das ações	30 dias após entrega do termo de exercício
h. valor justo das ações na data da outorga	17,72
i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 1.727.797,50

Outorga de ações – exercício social encerrado em 31/12/2025:

a. Órgão	Diretoria
b. Nº de membros	4
c. Nº de membros remunerados	4
d. data de outorga	06/11/2025
e. quantidade de ações outorgada	97.500
f. prazo máximo para entrega das ações	06/11/2028
g. prazo de restrição à transferência das ações	30 dias após entrega do termo de exercício
h. valor justo das ações na data da outorga	16,11
i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 1.570.725,00

Outorga de ações – exercício social encerrado em 31/12/2024:

a. Órgão	Diretoria
b. Nº de membros	4
c. Nº de membros remunerados	4
d. data de outorga	12/11/2024
e. quantidade de ações outorgada	89.000
f. prazo máximo para entrega das ações	12/11/2027
g. prazo de restrição à transferência das ações	30 dias após entrega do termo de exercício
h. valor justo das ações na data da outorga	17,42
i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 1.550.380,00

Outorga de ações – exercício social encerrado em 31/12/2023:

a. Órgão	Diretoria
b. Nº de membros	4
c. Nº de membros remunerados	4
d. data de outorga	08/11/2023
e. quantidade de ações outorgada	44.500
f. prazo máximo para entrega das ações	08/11/2026
g. prazo de restrição à transferência das ações	30 dias após entrega do termo de exercício
h. valor justo das ações na data da outorga	38,44
i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 1.710.580,00

8.11 Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- órgão
- número total de membros
- número de membros remunerado
- número de ações
- preço médio ponderado de aquisição
- preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas
- multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas

Ações entregues – exercício social encerrado em 31/12/2025:

a. Órgão	Diretoria
b. Nº de membros	4
c. Nº de membros remunerados	4
d. número de ações	89.550
e. preço médio ponderado de aquisição	16,54
f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	16,84
g. multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	26.732,33

Ações entregues – exercício social encerrado em 31/12/2024:

a. Órgão	Diretoria
b. Nº de membros	4
c. Nº de membros remunerados	4
d. número de ações	42.413
e. preço médio ponderado de aquisição	22,38
f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	17,39
g. multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-211.640,87

Ações entregues – exercício social encerrado em 31/12/2023:

a. Órgão	Diretoria
b. Nº de membros	4
c. Nº de membros remunerados	4
d. número de ações	47.908
e. preço médio ponderado de aquisição	41,01
f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	37,90
g. multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-148.834,19

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

Os prêmios das opções foram apreçados pelo modelo *Black&Scholes* para opções europeias que pagam dividendos.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Outorga 2023

Preço da ação: R\$ 38,44/ação (preço de fechamento da ação no dia 08/11/2023 – data da outorga).

Strike da opção: R\$ 35,65/ação.

Volatilidade: 33,36% ao ano (obtido pelo método de desvio padrão sobre os retornos diários da cotação da ação).

Dividendo esperado de 4,5% ao ano.

Prazo da opção (dias úteis), taxa de juros livre de risco (juros Brasil) e prêmio da opção conforme tabela abaixo:

Valores calculados em 08/11/2023.

Prazos	Data Outorga	Dias corridos	Juros Brasil	Prêmio (BRL/ação)
1º vencimento	07/11/2024	365	10,87%	7,1651
2º vencimento	07/11/2025	730	10,60%	9,3766
3º vencimento	07/11/2026	1.095	10,70%	10,9686

Outorga 2024

Preço da ação: R\$ 15,27/ação (preço de fechamento da ação no dia 12/11/2024 – data da outorga).

Strike da opção: R\$ 17,42/ação.

Volatilidade: 24,11% ao ano (obtido pelo método de desvio padrão sobre os retornos diários da cotação da ação).

Dividendo esperado de 4,9% ao ano.

Prazo da opção (dias úteis), taxa de juros livre de risco (juros Brasil) e prêmio da opção conforme tabela abaixo:

Valores calculados em 12/11/2024.

Prazos	Data Outorga	Dias corridos	Juros Brasil	Prêmio (BRL/ação)
1º vencimento	12/11/2025	365	13,07%	3.4271
2º vencimento	12/11/2026	730	13,35%	4.3580
3º vencimento	12/11/2027	1.095	13,27%	5.0057

Outorga 2025

Preço da ação: R\$ 13,74/ação (preço de fechamento da ação no dia 06/11/2025 – data da outorga).

Strike da opção: R\$ 16,11/ação.

Volatilidade: 22,64% ao ano (obtido pelo método de desvio padrão sobre os retornos diários da cotação da ação).

Dividendo esperado de 4,9% ao ano.

Prazo da opção (dias úteis), taxa de juros livre de risco (juros Brasil) e prêmio da opção conforme tabela abaixo:

Valores calculados em 06/11/2025.

Prazos	Data Outorga	Dias corridos	Juros Brasil	Prêmio (BRL/ação)
1º vencimento	06/11/2026	365	14,08%	3.4609
2º vencimento	06/11/2027	730	13,22%	4.1685
3º vencimento	06/11/2028	1.095	13,09%	4.7177

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O modelo de apreçamento utilizado (*Black&Scholes*) não incorpora a possibilidade de exercício antecipado, assume que as opções são na modalidade europeia. O valor justo médio ponderado, os prêmios considerados e as premissas econômicas utilizadas para o cálculo no modelo são apresentados abaixo:

Programas	Outorga 2023	Outorga 2024	Outorga 2025
Valor justo médio ponderado	R\$ 35,65	R\$ 15,27	R\$ 13,74
Prêmios	R\$ 9,35	R\$ 4,34	R\$ 4,18
Dividendo	4,50%	4,90%	4,90%
Volatilidade do preço da ação	33,36%	24,11%	22,64%
Taxa de retorno Livre de Risco			
1º Vencimento	10,87%	13,07%	14,08%
2º Vencimento	10,60%	13,35%	13,22%
3º Vencimento	10,70%	13,27%	13,09%
Período esperado até o vencimento			
1º Vencimento	365	365	365
2º Vencimento	730	730	730
3º Vencimento	1.095	1.095	1.095

d. forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade foi estimada a partir de séries de retorno diários da SLCE3, sendo utilizado o prazo de 2 anos no cálculo.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A fonte da informação para a curva de juros Brasil foi a B3.

8.13. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

Data: 31/12/2025 – Total de Ações: 498.745.930

Controladores e Pessoas Ligadas: 274.895.139 ações ordinárias;

Conselho de Administração: 225.749 ações ordinárias;

Diretoria: 1.510.127 ações ordinárias;

Conselho Fiscal: 0 ações ordinárias.

Comitê de auditoria estatutário: 0 ações ordinárias.

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. nome do plano
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f. condições para se aposentar antecipadamente
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº de membros	6	4,00
c. Nº de membros remunerados	0	4,00
d. Nome do plano	Não aplicável	SLC Prev
e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Não aplicável	0
f. Condições para se aposentar antecipadamente	Não aplicável	Desligamento, 55 anos de idade, 10 anos de empresa, 1 ano de contribuição para o plano.
g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não aplicável	R\$ 130.081,12
h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não aplicável	R\$ 130.081,12
i. Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não aplicável	A parcela correspondente às contribuições da patrocinadora são resgatáveis a partir de 3 anos de empresa, podendo alcançar 100% após 12 anos, quando do desligamento.

O plano de Previdência Privada foi implantado em julho de 2023, portanto o número de membros corresponde ao número de diretores vinculados ao plano de previdência, atendendo ao disposto no Ofício Circular Anual 2023 CVM/SEP.

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal.

- órgão
- número de membros
- número de membros remunerados
- valor da maior remuneração individual
- valor da menor remuneração individual
- valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)

a. Órgão: Diretoria Estatutária			
Ano Civil	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
b. Nº de membros	4	3,67	4
c. Nº de membros remunerados	4	3,67	4
d. Valor da maior remuneração individual (Reais)	6.651.292,79	6.629.525,31	6.875.641,10
e. Valor da menor remuneração individual (Reais)	3.264.183,87	1.751.928,38	3.841.276,28
f. Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	4.477.137,04	5.088.865,70	4.698.646,99

a. Órgão: Conselho de Administração			
Ano Civil	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
b. Nº de membros	6	6	6
c. Nº de membros remunerados	6	6	6
d. Valor da maior remuneração individual (Reais)	809.752,26	772.486,30	813.197,86
e. Valor da menor remuneração individual (Reais)	647.806,99	617.996,29	634.932,03
f. Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	728.802,11	695.267,20	699.577,01

a. Órgão: Conselho Fiscal			
Ano Civil	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
b. Nº de membros	1	3	3
c. Nº de membros remunerados	1	3	3
d. Valor da maior remuneração individual (Reais)	237.243,64	234.567,47	205.276,40
e. Valor da menor remuneração individual (Reais)	237.243,64	234.567,47	205.276,40
f. Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	237.243,64	234.567,47	205.276,40

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não aplicável.

A Companhia não possui estas previsões na política de remuneração.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	2023	2024	2025	2026 (Previsto)
Conselho de Administração	32%	31%	31%	31%
Diretoria Estatutária	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável.

Nos três últimos exercícios sociais não houve ocorrência de valores reconhecidos no resultado da Companhia, como remuneração de administradores, aplicáveis a funções extras ou diferentes as específicas ao Conselho de Administração e Diretoria.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável. Nos três últimos exercícios sociais não ocorreu valores de remuneração de administradores reconhecidos no resultado dos controladores diretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas do emissor.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Valores efetivamente pagos sem remuneração baseada em ações:

A empresa informa que os valores previstos na remuneração global anual a título de *Stock Options*, são apenas estimativas contábeis auferidas através do modelo *Black&Scholes*.

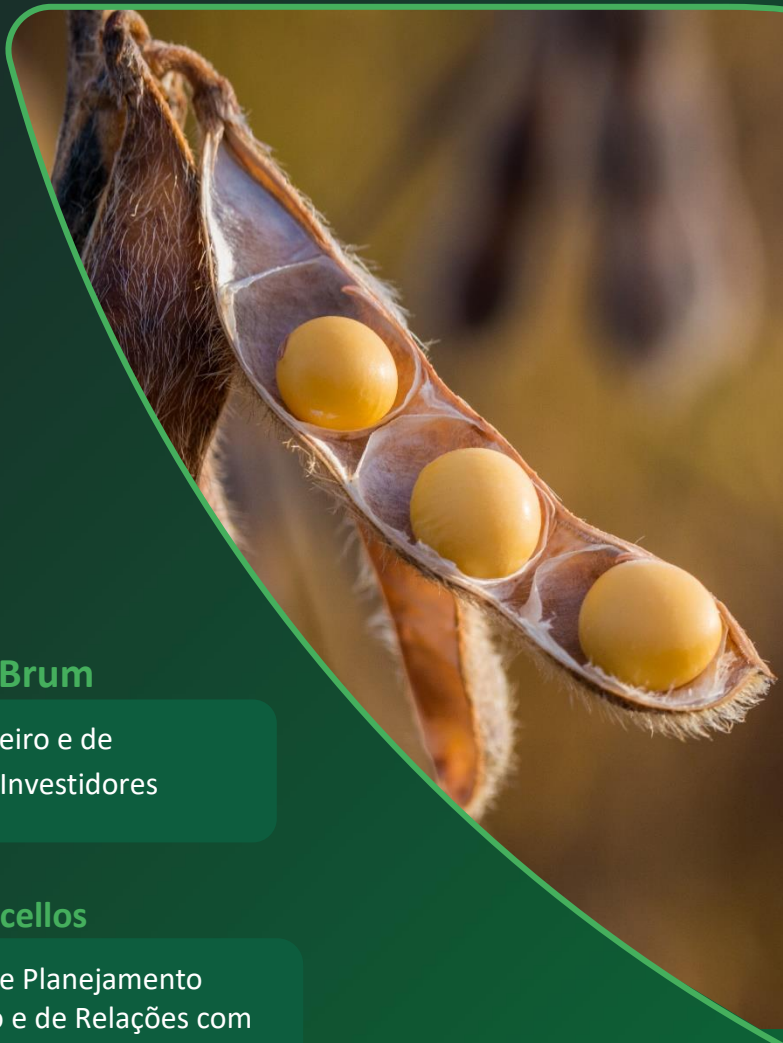
a. Órgão: Diretoria			
Ano Civil	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
b. Nº de membros	4	3,67	4
c. Nº de membros remunerados	4	3,67	4
d. Valor da maior remuneração individual (Reais)	5.537.749,74	5.531.759,45	5.787.466,33
e. Valor da menor remuneração individual (Reais)	2.652.790,03	1.415.934,44	3.104.803,70
f. Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	3.621.441,16	3.993.642,99	3.836.863,26

a. Órgão: Conselho de Administração			
Ano Civil	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
b. Nº de membros	6	6	6
c. Nº de membros remunerados	6	6	6
d. Valor da maior remuneração individual (Reais)	809.752,26	772.486,30	813.197,86
e. Valor da menor remuneração individual (Reais)	647.806,99	617.996,29	634.932,03
f. Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	728.802,11	695.267,20	699.577,01

a. Órgão: Conselho Fiscal			
Ano Civil	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
b. Nº de membros	1	3	3
c. Nº de membros remunerados	1	3	3
d. Valor da maior remuneração individual (Reais)	237.243,64	234.567,47	205.276,40
e. Valor da menor remuneração individual (Reais)	237.243,64	234.567,47	205.276,40
f. Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	237.243,64	234.567,47	205.276,40

Departamento de Relações com Investidores

Contato: ri@slcagricola.com.br



Ivo Marcon Brum

Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores



André Vasconcellos

Gerente de Planejamento
Financeiro e de Relações com
Investidores



Alisandra Reis

Coordenadora de Relações
com Investidores



Daniel Batista

Analista de Relações
com Investidores



Laiza Rocha

Especialista de Relações
com Investidores